

**PETROBRAS
COLOCA DOIS
ATIVOS DO RN
À VENDA PARA
REFAZER CAIXA**

NOVO JORNAL

R\$ 2,00

Ano 5
1607
Natal-RN
Quinta-Feira
19 / Março / 2015

2. POLÍTICA

FABIO POZZEBOM / ABR



► Cid Gomes assume ser "mal-educado"

EDUCAÇÃO DE CID GOMES GERA SUA SAÍDA DO MINISTÉRIO

Cid Gomes vai à Câmara dos Deputados explicar agressão a parlamentares e acaba exonerado após ataque direto ao presidente da casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB).

3. POLÍTICA

EDUARDO MAIA / NJ



► Reunião foi realizada na Assembleia

SECRETÁRIO VAI À ALRN EXPLICAR SITUAÇÃO DA PREVIDÊNCIA

Secretário de Finanças, Gustavo Nogueira, explica uso de recursos do fundo previdenciário e parlamentares cobram mais informações sobre problema.

14. ESPORTES

ABC SÓ PRECISA DE UM EMPATE HOJE PARA AVANÇAR NA COPA DO BRASIL

9 E 10. CIDADES

LIGAÇÃO DE PRESO POSSIBILITA FIM DA ONDA DE MOTINS

/ CELULAR / LIGAÇÃO FEITA DE DENTRO DE ALÇAÇUZ ABRE NEGOCIAÇÃO QUE TERMINA COM DETENTOS PROMETENDO FIM DAS REBELIÕES E PROPONDO ATÉ AJUDAR A RECUPERAR DANOS CAUSADOS

EDUARDO MAIA / NJ



► Henrique Baltazar, juiz das Execuções Penais, recebeu ligação de Alcaçuz, foi negociar e saiu de lá (sorrindo) com acordo fechado

“

Eles (os presos) disseram que se comunicam com os demais (presídios) para garantir isso (fim dos motins)”

Henrique Baltazar
Juiz

WWW.IVANCABRAL.COM



EDUARDO MAIA / NJ



REBELIÕES DESTROEM 1,5 MIL VAGAS NO SISTEMA

Após oito dias de motins nos presídios potiguares, RN perde 1,5 mil vagas no sistema penitenciário. Retomada do controle e revista em Alcaçuz será promovida hoje.

2. POLÍTICA

PACOTE CONTRA CORRUPÇÃO É LANÇADO

Medidas enviadas ao Congresso prevêm tipificação do crime de caixa 2 e exigência de ficha limpa no Executivo.

ROBERTO STUCKERT FILHO/PR



5. POLÍTICA

GOVERNO DILMA TEM 62% DE REPROVAÇÃO

Levantamento Datafolha aponta que 62% dos brasileiros consideram a atual gestão federal ruim ou péssima.

5. POLÍTICA

ORÇAMENTO TRÍPLICA FUNDO PARTIDÁRIO

Congresso aprova Orçamento de 2015 com atraso de três meses um um brinde: verba para o Fundo Partidário de R\$ 867,5 milhões.

ESCREVEU NÃO LEU, O PAU COMEU

/ EDUCAÇÃO / APÓS SER CONVOCADO À CÂMARA PARA EXPLICAR-SE, CID GOMES CHAMA PRESIDENTE DA CÂMARA DE "ACHACADOR" E PEDE DEMISSÃO PARA NÃO PIORAR CRISE

APÓS POLÊMICA COM o Congresso Nacional, o ministro da Educação, Cid Gomes, pediu demissão ontem (18). A demissão foi aceita pela presidenta Dilma Rousseff. "O ministro da Educação, Cid Gomes, entregou nesta quarta-feira, 18 de março, seu pedido de demissão à presidenta Dilma Rousseff. Ela agradeceu a dedicação dele à frente da pasta", diz a nota divulgada pela Secretaria de Imprensa da Presidência.

Cid Gomes foi ontem à Câmara dos Deputados para explicar declarações que deu em evento na Universidade Federal do Pará, de que há no Congresso Nacional "400 ou 300 achacadores" que se aproveitam da fraqueza do governo para levar vantagens. Cid Gomes disse que essa não é sua "opinião pública" e que a fala foi feita a estudantes dentro da sala do reitor após ser questionado pelos estudantes sobre a falta de dinheiro para a educação.

Líderes partidários da base governista e da oposição criticaram duramente as declarações e a postura do ministro da Educação, Cid Gomes, no plenário da Câmara, e pediram a saída dele do cargo. Minutos depois, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, anunciou no plenário que havia recebido um comunicado do ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, avisando da demis-



► Cid Gomes prefere ser "mal educado" do que ser como Eduardo Cunha, "acusado de achacador"

são de Cid Gomes. O líder do governo da Câmara, José Guimarães (PT-CE), confirmou que o ministro foi ao Palácio do Planalto ao sair do Congresso.

Cid Gomes disse que pediu demissão em "caráter irrevogável" à presidenta Dilma Rousseff porque não queria criar constrangimento à base aliada do governo. "A minha declaração e mais do que ela, a forma como eu coloquei minha posição na Câmara cria difi-

culdades para a base do governo e portanto não quis criar nenhum constrangimento. Pedi demissão em caráter irrevogável, agradecendo a ela [Dilma]", afirmou em entrevista.

Cid apresentou ao pedido da demissão à Dilma em uma rápida reunião do Palácio do Planalto. Ele encontrou a presidenta após sair da Câmara dos Deputados, onde esteve hoje para responder aos questionamentos dos deputados

sobre uma declaração feita por ele de que há, no Congresso Nacional, "400 ou 300 achacadores".

Cid disse que a declaração é uma opinião pessoal e que a mantém. "A situação em que eu me encontrei, sendo convocado pela Câmara para questionar a especulação que eu tinha feito em reservado, eu não podia agir diferente senão confirmar aquilo que disse, que penso pessoalmente", declarou Cid, ao sair do palácio.

/ GOVERNO /

Pacote anticorrupção prevê criminalização de caixa 2

IVAN RICHARD
AGÊNCIA BRASIL

O PACOTE ANTICORRUPÇÃO enviado pelo governo ao Congresso Nacional e lançado oficialmente ontem (18) pela presidenta Dilma Rousseff prevê a tipificação do crime de caixa 2 e a elaboração de um projeto de lei que institua a obrigatoriedade de ficha limpa para todos os servidores públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Promessa de campanha de Dilma, e entregue ontem (17) ao presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), pelos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria de Relações Institucionais, Pepe Vargas, o pacote contém ainda uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para possibilitar o confisco de bens oriundos de atividade criminosa, improbidade e enriquecimento ilícito.

Pelo proposta, quem for condenado pelo crime de caixa 2 após a aprovação da proposta pelo Congresso poderá ficar preso de três a seis anos. A tipificação do crime consiste, segundo o pacote do governo, na tentativa de fraudar a fiscalização eleitoral, com a inserção de elementos falsos ou omissão de informações para ocultar a origem, o destino ou a aplicação de bens, valores ou serviços da prestação de contas de partido político ou de campanha eleitoral.

A punição será estendida aos doadores – inclusive responsáveis por doações de pessoas jurídicas – e aos partidos. A proposta prevê ainda aplicação de multa de cinco a dez vezes sobre o valor doado e não declarado, proporcional aos crimes praticados por pessoa física, jurídica ou partido que se aproveitar das condutas ilícitas.

Elaborado pelos ministérios da Justiça, do Planejamento e da Casa Civil e pela Controladoria-Geral da União e Advocacia-Geral da União, o pacote sugere a aprovação de projetos de lei e mudanças na Constituição para permitir ao Estado "uma atuação contra diferentes frentes da corrupção". Os projetos de lei e as PECs só vão se tornar lei depois que foram aprovados e sancionados, no caso dos PLs, e promulgados, no caso das PECs.

Resposta do governo às manifestações populares do último fim de semana, o pacote também propõe a aprovação por deputados e senadores do Projeto de Lei 5.586 de 2005, que tipifica o crime de enriquecimento ilícito. De acordo com a proposta, possuir, adquirir ou fazer uso de bens incompatíveis coma renda ou evolução patrimonial acarretará pena de três a oito anos de prisão.

O pacote ainda prevê a regulamentação da Lei Anticorrupção, por meio de decreto, com incentivo à adoção de programas de integridade (compliance) por



► Dilma Rousseff defende que pacote ampliará capacidade de coibir corrupção

empresas privadas, com códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes para detectar desvios e irregularidades contra a administração pública. O texto estabelece e disciplina o rito do processo administrativo de responsabilização e também disciplina o acordo de leniência, com competência exclusiva da CGU no Executivo federal. Dilma Rousseff disse

que o pacote anticorrupção enviado pelo governo ao Congresso Nacional permitirá ao Estado ampliar sua capacidade de prevenir e coibir a corrupção, principalmente no que se refere ao combate à impunidade. A presidenta ressaltou que o Brasil precisa afastar o estigma de que o brasileiro quer levar vantagem em tudo.



Editor

Everton Dantas

E-mail

evertondantas@novojournal.br

Fones

84 3342.0358 / 3342.0350

/ SENADO /

APÓS REUNIÃO COM DILMA, RENAN DIZ QUE APOIARÁ AJUSTE FISCAL

MARIANA JUNGSMANN
AGÊNCIA BRASIL

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), divulgou nota de apoio aos projetos considerados fundamentais pelo governo. Renan encontrou-se de manhã, no Palácio da Alvorada, com a presidenta Dilma Rousseff para tratar do assunto. "O encontro institucional abordou temas de interesse nacional. O presidente do Senado Federal esclareceu que, apesar de pessoalmente ter divergências na condução política e no ajuste fiscal como um fim em si mesmo, o Congresso Nacional, institucionalmente, irá cumprir seu papel com o propósito de retomar o crescimento da economia, a confiança e segurança jurídica, criar alternativas e aperfeiçoar a legislação", diz a nota de Renan.

No dia que o governo anunciou um pacote anticorrupção, Renan fez questão de lembrar que o Senado já aprovou um pacote de medidas "moralizantes" após as manifestações de junho de 2013. Vários desses projetos estão parados na Câmara dos Deputados.

"O presidente Renan Calheiros reiterou que o Senado Federal, sensível às demandas sociais, aprovou mais de 40 projetos moralizantes após os protestos de 2013", destaca a nota, apontando entre eles o que exige ficha limpa para servidores;

/ SWISSLEAKS /

CORREGEDORIA DA RECEITA INVESTIGA CONTAS DE AUDITORES

A Receita Federal iniciou investigação para apurar a existência de contas no exterior que pertenceriam a auditores fiscais. Em nota oficial a Receita informou ter aberto procedimento para verificar a existência de desvio de conduta em cada caso, assim que tomou conhecimento das denúncias.

Matéria publicada no jornal O Globo informou que, na lista dos 8.667 brasileiros que, em 2006 e 2007, tinham contas numeradas no HSBC da Suíça, aparecem cinco auditores fiscais, sendo quatro da Receita Federal e um da Receita Estadual do Rio de Janeiro. Ter uma conta numerada no exterior não pressupõe necessariamente crime e implica declaração dos valores à Receita e ao Banco Central.

A matéria é baseada em levantamento feito pelo próprio jornal, em parceria com o portal UOL, pertencente ao Grupo Folha, com base em documentos oficiais que foram vazados pelo ex-funcionário do HSBC Hervé Falciani. A investigação jornalística sobre o caso, conhecida como SwissLeaks, é comandada pelo ICIJ, sigla em inglês para Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos.

No comunicado, a Receita lembrou que, além da investigação interna, estão em andamento ações de cooperação internacional para pedir às autoridades europeias a lista oficial e integral dos quase 9 mil brasileiros com conta na sub-

o do agravamento do crime de corrupção tornando-o hediondo; a derrubada da PEC que restringia os poderes investigativos do Ministério Público e a tipificação dos crimes de contrabando e descaminho.

Também foram citadas propostas de lei como a responsabilização da pessoa jurídica que obtiver vantagens com corrupção; a definição de organização criminosa; o fim do voto secreto para perda de mandato; a prevenção e punição ao tráfico de pessoas; a cassação da aposentadoria como pena disciplinar para juízes e promotores condenados por corrupção e a perda imediata do mandato dos parlamentares condenados por improbidade, além de crimes contra administração pública, o novo Código de Processo Civil. Segundo a assessoria de Renan, esses projetos ou viraram lei, ou estão em tramitação.

O presidente do Senado já tinha tomado conhecimento das medidas que seriam apresentadas pelo governo, quando recebeu os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria de Relações Institucionais, Pepe Vargas, para tratar do assunto. Na ocasião, o senador lembrou que a Casa já tinha aprovado um pacote de medidas anticorrupção antes e pediu que o governo trabalhe na Câmara para que elas sejam aprovadas pelos deputados.

sidiária do banco HSBC na Suíça. A Receita destacou ainda que prosseguem os procedimentos em parceria com o Banco Central e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para identificar irregularidades tributárias de correntistas brasileiros que tiveram o nome divulgado.

Também ontem, o portal UOL e o jornal O Globo informaram que o diretor adjunto de Contratações do Senado, Humberto Lucena Pereira da Fonseca, tinha duas contas conjuntas com o pai na filial do HSBC na Suíça. Segundo o portal, uma das contas foi aberta em 2000 e encerrada em 2006. Outra conta foi aberta em maio de 2006 e não tinha sido encerrada em 2007, fim do período abrangido pela lista.

O diretor do Senado negou ter qualquer conta no HSBC na Suíça, atualmente ou em qualquer outra época. No entanto, o pai de Humberto, Florisnaldo Hermínio, reconheceu ter tido uma conta numerada no HSBC de Genebra, com sua mulher e os três filhos como cotitulares. Segundo Florisnaldo, a conta já está encerrada e foi oficialmente declarada ao Banco Central e à Receita. A pedido do jornal O Globo, Florisnaldo enviou cópia da declaração do Imposto de Renda dos exercícios de 2007 e de 2008. O documento, porém, informava apenas uma conta no HSBC no Brasil e cotas de participação numa empresa sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, sem menção à Suíça.

DEPUTADOS COBRAM MAIS DADOS SOBRE PREVIDÊNCIA

/ CONTAS / SECRETÁRIO DE FINANÇAS FAZ VISITA À ASSEMBLEIA PARA EXPLICAR SITUAÇÃO QUE ENVOLVE USO DE RECURSOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO E DEPUTADOS PEDEM INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE ASSUNTO

JALMIR OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

EM REUNIÃO A portas fechadas, na sala da presidência da Assembleia Legislativa, o secretário de Finanças do Estado Gustavo Nogueira prestou esclarecimentos sobre a unificação dos fundos previdenciários aos deputados estaduais. Ele foi sucinto nas explicações. O encontro teve tom informal. "Foi uma reunião positiva. Mostramos aos deputados o trabalho do governo em reduzir o acesso ao fundo", informou.

O principal questionamento dos representantes do Legislativo foi sobre a retirada de recursos ocorrida em fevereiro. O governo divulgou, logo no início do mês, que a quantia sacada foi de R\$ 35 milhões, mas depois corrigiu a informação para R\$ 43 milhões. O secretário de planejamento justificou que foi obrigado a pagar o retroativo de 13,01% referente ao mês de janeiro para os servidores da educação. A categoria foi beneficiada com o aumento do piso salarial. Com isso, houve a necessidade de retirar um montante maior.

Apesar das repostas do secretário de Planejamento, os deputados pediram informações mais precisas sobre a situação contábil e de como funciona a retirada de recursos do fundo previdenciário. "O encontro foi positivo, mas precisamos de um relatório detalhado", avaliou o deputado Kelps Lima (Solidariedade). O secretário prometeu enviar um documento ainda este mês.

Kelps Lima também questionou o fato do Governo ter registrado aumento da arrecadação de impostos nos últimos dois meses e, em contrapartida, continuar a retirar dinheiro do fundo previdenciário para pagar servidores inativos. "Não recebi este esclarecimento do governo", disse.

Líder do governo na Casa, Fernando Mineiro (PT) também fez coro para o recebimento de informações. "É preciso impedir qualquer falta de transparência", ressaltou. Ele foi um dos dois representantes a votar contra unificação dos fundos previdenciários. A medida foi apreciada pelo legislativo em dezembro do ano passado. "Votei contra, sim. Sabia que terminaríamos desta forma, com a perda do certificado de regularidade previdenciário. Esperamos



Deputados se reuniram para ouvir do secretário de Finanças explicações sobre uso de recursos do fundo previdenciário



Líder do governo, Fernando Mineiro (PT) votou contra a unificação dos fundos e defende transparência

que o governo resolva esta pendência, pois o Estado corre o risco de perder o dinheiro de empréstimos", reforça.

O 'mea culpa' foi feito por Hermano Moraes (PMDB). "A Assembleia teve a preocupação de ajudar o Estado. Não havia recursos para pagar toda a folha salarial. Foi uma medida emergencial", detalha. O deputado afirma que sabia da possibilidade dos efeitos colaterais da medida. "A perda do certificado foi tema de discussões, mas se chegou

a conclusão que a unificação dos fundos era necessária diante das dificuldades financeiras enfrentadas pelo governo", justifica.

O deputado Souza (PHS) partiu em defesa da unificação dos recursos previdenciários. "Foi um gesto nobre. O governo não teria hoje como pagar o funcionalismo sem adotar esta ação", afirma. A afirmação dele foi contestada pelo deputado José Dias (PSD), que trabalhou em favor do Governo para aprovar a uni-

ficação dos fundos e acabou rompendo com Robinson Faria (PSD) alegando quebra de compromisso com a candidatura à reeleição de Ricardo Motta para a presidência da mesa da Assembleia. José Dias afirmou que o Estado não soube conduzir o uso dos recursos. "Seria uma situação momentânea. Foi um sacrifício. O dinheiro quitaria as despesas do funcionalismo de dezembro, mas o atual governo já realizou novas retiradas", disse.

“
VOTEI CONTRA, SIM. SABIA QUE TERMINARIAMOS DESTA FORMA, COM A PERDA DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIO. ESPERAMOS QUE O GOVERNO RESOLVA ESTA PENDÊNCIA, POIS O ESTADO CORRE O RISCO DE PERDER O DINHEIRO DE EMPRÉSTIMOS”

Fernando Mineiro (PT)
Deputado / líder do Governo

“
A PERDA DO CERTIFICADO FOI TEMA DE DISCUSSÕES, MAS SE CHEGOU A CONCLUSÃO QUE A UNIFICAÇÃO DOS FUNDOS ERA NECESSÁRIA DIANTE DAS DIFICULDADES FINANCEIRAS ENFRENTADAS PELO GOVERNO”

Hermano Moraes (PMDB)
Deputado

“
SERIA UMA SITUAÇÃO MOMENTÂNEA. FOI UM SACRIFÍCIO. O DINHEIRO QUITARIA AS DESPESAS DO FUNCIONALISMO DE DEZEMBRO, MAS O ATUAL GOVERNO JÁ REALIZOU NOVAS RETIRADAS”, DISSE.”

José Dias (PSD)
Deputado

SECRETÁRIO EXPLICA UNIFICAÇÃO DOS FUNDOS

A explicação do titular do Planejamento sobre a unificação dos fundos é de que o Fundo Financeiro, deficitário economicamente, não tem recursos para pagar todos os benefícios dos servidores inativos. Esta reserva composta pelos servidores estaduais lotados até o ano de 1998. Por outro lado, o Fundo Previdenciário, para os servidores que ingressaram a partir de 1998, tem recursos além de suas necessidades de curto prazo, o que gera superávit de receitas. "Estamos reduzindo as retiradas financeiras. Precisávamos dos recursos em razão do cenário macroeconômico desfavorável", detalha Nogueira.

Desde que ocorreu a unificação dos fundos previdenciários, o Rio Grande do Norte já se utilizou por três vezes do dinheiro do Fundo Previdenciário para quitar pagamento dos servidores. Em dezembro do ano passado, a quantia retirada foi de R\$ 290 milhões. O dinheiro foi utilizado para fechar a folha salarial dos servidores inativos, com o agravante do pagamento do 13º salário. Nos dois primeiros meses deste ano, outros dois saques foram feitos: R\$ 93 milhões em janeiro e R\$ 43 milhões em fevereiro último.

RISCOS

Caso o impedimento de qualquer tipo de transferências voluntárias de recursos pela União permaneça, o Estado pode complicações em dois contratos de empréstimo com instituições financeiras. Um deles é o de R\$ 850 milhões que está sendo contratado com o Banco do Brasil, para obras de infraestrutura. O outro, de 540 milhões de dólares feito ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), financia projeto "RN Sustentável", cujas medidas preveem investimentos em diversas áreas sociais em um prazo de cinco anos. "O Estado vai reverter a situação ao mostrar que não há ilegalidade na medida tomada para unir os fundos previdenciários", defendeu o titular do planejamento.

RN ESTÁ IMPEDIDO DE RECEBER TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

As ações emergenciais propostas para recuperação do sistema prisional do Rio Grande do Norte podem ter algum atraso em razão da falta do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). Sem este documento, expedido pelo Ministério da Previdência Social, o Estado não pode assinar contratos de empréstimos ou convênios com o Governo Federal, as chamadas transferências voluntárias; dinheiro que pode incluir - entre outras obras - a construção de unidades prisionais ou mesmo reformar estruturas destruídas nas recentes rebeliões.

O Estado está sem o certificado desde o dia 18 de fevereiro. O Ministério da Previdência considerou como irregular a fusão dos fundos previdenciário e financeiro do Instituto de Previdência dos Servidores do Rio Grande do Norte (Ipern). Além disso, o ór-

gão questionou o atraso no pagamento de R\$ 73 milhões em contribuições patronais, uma dívida contraída no fim do governo Rosalba Ciarlini.

Há dois dias, o governo estadual recebeu a resposta de uma análise administrativa das justificativas prestadas ao Ministério da Previdência Social. O Rio Grande do Norte teve de informar as razões e as medidas para sanar as duas irregularidades. O órgão federal não acatou as informações sobre a unificação dos fundos e asseverou a perda do certificado. Já a dívida referente às contribuições patronais foi renegociada. O Estado terá 60 parcelas para pagar o débito.

Segundo o Ministério da Previdência, através da assessoria de imprensa, o Rio Grande do Norte não pode mais assinar contratos de transferências voluntárias. O CRP também é uma das exigên-



Gustavo Nogueira (ao centro) acredita que falta de CRP será resolvida logo

cias das instituições de financeiras para liberação de crédito.

Ontem, o secretário estadual de planejamento, Gustavo Nogueira, foi até à Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre a fusão dos fundos previdenciários estaduais. O

convite foi feito pelo presidente da Casa Legislativa, Ezequiel Ferreira. "A questão do certificado será resolvida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE)", afirmou ele. Desta forma, o Estado vai ter de buscar através da justiça a atualização do documen-

to do Ministério da Fazenda. Nos próximos dias, a procuradoria estadual vai ter de entrar com uma medida cautelar contra o Ministério da Previdência para garantir o certificado. A ação será julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em casos semelhantes, a justiça deu ganho de causa aos entes federativos.

Segundo o secretário Gustavo Nogueira, a ausência do documento não deve impedir a assinatura de futuros convênios ou empréstimos com o Governo Federal. Até há alguns dias, a administração estadual também acreditava que conseguiria resolver administrativamente as pendências na Previdência. "A lei [união dos fundos previdenciários] autoriza a retirada de recursos. Não estamos fazendo nada além do que está na lei. A situação será contornada", assegurou o secretário.

ENTENDA

Sem o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o Rio Grande do Norte perde:

- Transferências voluntárias de recursos pela União;
- Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes;
- Aprovação da concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;
- Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; e
- Pagamento dos valores referentes à compensação previdenciária devidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, em razão do disposto na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

Opinião

▶ rodaviva@novojornal.jor.br

RODA VIVA

CASSIANO ARRUDA CÂMARA

REPÚBLICA DE ALÇAÇUZ

Na tarde de ontem, a “República de Alcaçuz”, controlada pelo PCC e pelo Sindicato, havia completado mais tempo do que o Governo Provisório que eclodiu da chamada Intentona Comunista de 1935. Os internos continuavam com o controle total da maior penitenciária do Estado. Mesmo dizendo o contrário, o Governo do Estado delegou a um ex-Coordenador do Sistema Penitenciário, o major Deques, a responsabilidade de negociar com os amotinados.

VENDE-SE

Existem – pelo menos – dois ativos que a Petrobrás possui no Rio Grande do Norte e que foram expostos à venda, numa operação montada pelo Presidente da empresa, Aldemir Bendine, para reduzir o volume das dívidas: 1 - A Termoassu, usina termo elétrica; 2 - A Potygas, distribuidora de gás, que possui associada ao Governo do Estado. A Petrobrás possui 21 usinas termo-elétricas e entregou a operação de venda ao consórcio Itaú/BBA.

CENTENÁRIO SEM FESTA

Hoje completa exatamente cem anos que um grupo empresarial norte-rio-grandense inaugurava o trecho ferroviário ligando a cidade de Mossoró a Porto Franco, nas cercanias de Areia Branca, primeira etapa da ferrovia antes de atingir a cidade de Alexandria na fronteira com a Paraíba. Foi o começo da Estrada de Ferro Mossoró-Souza. Feita totalmente com capital privado a ferrovia foi uma iniciativa Humberto Sabóia, Vicente Sabóia de Albuquerque e Francisco Tertuliano de Albuquerque.

VIROU PIADA

Nosso Brasil virou piada internacional. O programa “Last week Tonight”, do canal pago de televisão HBO, tem tirado o maior sarro do Brasil e da presidente Dilma Rouseff comentando a roubalheira do Petrolão. Na última edição boa parte do programa foi gasta em cálculos para definir o tamanho de um cofre forte com capacidade suficiente para guardar os milhões roubados da Petrobrás, enquanto se mostrava os muitos painéis até a tribuna da Câmara Federal...

CAMINHO DA ILEGALIDADE

O Governo Federal lançou, nos últimos oito anos, o programa “Caninho da Escola” centralizando a compra de ônibus para todo o Brasil e oferecendo, aos Estados e Municípios, veículos projetados e fabricados para o transporte escolar, doando a Prefeituras de pequenas cidades, um equipamento que dificilmente poderia ser adquirido com recursos próprios.

A abrangência de um programa nacional deste nível, num país de dimensão continental como o Brasil oferece enormes riscos, sobretudo se não houver uma rígida limitação de uso, para evitar que interpretações locais – por mais justas, do ponto de vista local – comprometam uma coerência nacional. É o mesmo princípio que as grandes empresas estabelecem para o uso de suas logomarcas. Já imaginou o que poderia acontecer, por exemplo, se uma marca mundial pudesse receber adaptações locais? Em curtíssimo espaço de tempo não existiria mais uma identidade.

Já imaginou se, de acordo com as necessidades locais fossem permitidas exceções sobre o uso desses veículos oferecidos em comodato, gratuitamente, para uso específico dos veículos. Certamente, que se poderá listar uma centena de razões plenamente justificáveis, que poderiam se transformar em exceções para o uso dos ônibus do transporte escolar. Mas se estaria correndo o risco de, aceitando essas variáveis, dentro de pouco tempo, não existissem mais o programa “Caminho da Escola”.

Por isso, no termo de cessão de veículos são estabelecidos rígidos limites, restringindo o uso dos ônibus escolares a três clientelas específicas:

Transporte de estudantes universitários para cidades que dispõem de instituições de ensino superior;

Transporte de Estudantes da Rede Pública de Educação do Município, para atividades extraclasse em outros municípios, quando necessário;

Transporte de estudantes regularmente matriculados em cursos profissionalizantes ou em Escolas Técnicas Estaduais ou Federais.

Além desses objetivos a utilização dos ônibus escolares obedecerá a princípios normativos, atinentes à espécie, garantindo a todos o acesso à educação, conforme os dispositivos do art. 205 da Constituição Federal.

Como se vê, não existem exceções fora do objetivo fundamental. Transporte escolar é transporte escolar. Ponto.

Mas a cidade do Natal presenciou, semana passada, um número significativo de ônibus escolares colocados à disposição de manifestantes caracterizados como integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ou do Partido dos Trabalhadores, num completo desrespeito do espírito do programa governamental, por pessoas que foram mobilizadas, vindos de diferentes regiões para garantirem volume de gente a um “Dia Nacional de Luta – Em defesa da Petrobrás, da Democracia, dos Direitos dos Trabalhadores e da Reforma Política”.

Existem vários aspectos a serem analisados, além do nítido desvio de função dos ônibus Escolares. O que – por si só – deveria merecer uma investigação para apurar responsabilidades, num primeiro momento. Depois entramos num campo muito mais complexo que é o uso escancarado de bens públicos no favorecimento direto a um grupo político. São práticas inaceitáveis num país democrático e que exigem uma resposta. Resposta de quem? – Quem é responsável pela fiscalização do correto uso de um programa que, em casos dessa ordem terminam desmoralizados e desmoralizando as instituições? E onde estava a Promotoria da Educação, enquanto os ônibus escolares transportavam manifestantes de aluguel?.



“O maior prejuízo foi causado pelos boatos”.

DO PRESIDENTE DO SINDICATO DAS ESCOLAS PARTICULARES, ALEXANDRE MARINHO, SOBRE OS EFEITOS DOS MOTINS REGISTRADOS NO SISTEMA PRISIONAL.

ZUM ZUM ZUM

▶ O procurador Nivaldo Brum assume, na noite de hoje, a presidência da Associação dos Procuradores do RN.
▶ Comemora-se, hoje, o Dia do Marceneiro. Também é o Dia Mundial do Artesão. E Dia do Diplomata.
▶ Quem avisa amigo é. O juiz Henrique Baltazar postou no twitter: “Ou o governo do RN age com urgência ou perderá o

controle do sistema prisional”.
▶ Prorrogado o prazo de validade das carteiras de estudante de 2014 em Natal. Até 30 de abril.
▶ “Assédio sexual contra mulheres no contexto da mundialização neo liberal”, é tema da palestra que abre, hoje, o Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRN.

▶ O governador Robinson Faria abriu um crédito suplementar de R\$ 3.000.000,00 para apoio a Escola Superior da Magistratura.
▶ Na noite de hoje, o Conselho Regional de Medicina promove, hoje o Fórum de Dilemas Éticos, com o tema: Canabidiol. O palestrante é o dr. Salomão Rodrigues Filho.

▶ O advogado Hélio Gurgel é um dos palestrantes no Colóquio Internacional Biodiversidade: Crise e Perspectivas, que se realiza, hoje, no Senado Federal.
▶ Três lançamentos de hoje dos Jovens Escrivães: “78 Rotações”, e Bráulio Tavares, “Estação Silêncio”, de Paulo Costa e “A dançarina e o coronel”, de Aldo Lopes.



Editor

Carlos Magno Araújo

E-mail

carlosmagno@novojornal.jor.br

Fones

84 3342.0358 / 3342.0350

Editorial

O celular nas cadeias

Duas semanas de conflitos internos nos presídios, entremeadas por um dia de pânico provocado por uma série de alarmes falsos e boatos - espalhados em redes sociais como se fossem notícias -, serviram para mostrar como é urgente o governo se voltar para a questão da segurança nas unidades prisionais potiguaras.

O quadro é de um barril de pólvora e são inúmeras as demandas a serem solucionadas até que a situação possa ser considerada efetivamente sob controle.

Há entre todos os problemas verificados durante os incidentes nas penitenciárias um que é gritante, que pede solução urgente. Soa como uma afronta à sociedade e um descontrole do governo o fato de os presos, em qualquer tipo de prisão, seja qual for o tamanho, portarem aparelhos celulares.

A série de motins revelou como continuam frágeis os esquemas de segurança que visam impedir o ingresso dentro das celas de equipamentos como os telefones. Faz tempo a fiscalização é falha. Do contrário, não se teria visto o que se viu durante esses dias de confusão.

O que mais chamou a atenção ao longo da crise – além da ousadia da ação dos detentos - foi preso transmitindo de forma online, em tempo real, o que ocorria dentro das celas. A cena se repetiu em vários presídios. Mais: os detentos não somente possuem celulares, como operam redes sociais, produzem e editam vídeos e dominam a forma de difusão.

Por irônico que pareça, os próprios presos cumpriram papel de repórteres, de comunicadores. Filtraram o que interessava a eles e divulgaram. Em geral, as mensagens eram de ameaças e cobranças ao governo, mas incluíram cenas de violência entre eles próprios. Por tudo isso, não estará completa qualquer ação que seja feita pelo governo a fim de restaurar a ordem no sistema prisional do Rio Grande do Norte se não incluir uma revisão geral e definitiva no controle do ingresso de equipamentos como aparelhos celulares no interior das unidades.

No tempo em que há tecnologia para barrar o funcionamento de aparelhos, é incrível notar que providência assim ainda não foi tomada pela administração do sistema carcerário potiguar. É necessário evitar que os presos continuem utilizando telefones dentro das prisões. Não será fácil para o governo consertar o estrago provocado por cerca de dez dias de motins alternados nas várias penitenciárias do estado. Mais de mil vagas foram perdidas, por causa de espaços destruídos, num universo em que o déficit já era alto.

O governo tem que transformar esse triste episódio no pontapé de uma revisão geral do sistema penitenciário. Bem poderia começar com o básico. Impedir a livre circulação de telefones dentro das cadeias.

Artigo

MOURA NETO

Editor de Cidades ▶ mouraneto@novojornal.jor.br



Dias agitados

Há clamor na liberdade das ruas, há clamor no confinamento do cárcere. Como se não bastasse o movimento de insatisfação com o estado de coisas imposto à sociedade pelo governo Dilma Rousseff, que levou uma multidão de pessoas a protestar no último domingo em Natal, assim como em todo o país, os motins e levantes ocorridos no sistema penitenciário do Rio Grande do Norte nos últimos dias também causaram alvoroço em todos os recantos da cidade e no interior do estado.

No primeiro caso, sem ostentar bandeiras de partidos políticos e sem atender ditames de lideranças oposicionistas, como querem crer os dilmistas, a população se mobilizou para tornar público o repúdio às medidas econômicas e fiscais adotadas pelo governo e aos descabros ocorridos na Petrobras, alvo do maior escândalo de corrupção no país.

Revelou com este gesto espontâneo que não vai suportar por mais tempo, calada e impassível, os efeitos de roubalheiras e ações que restringem direitos sociais e, conseqüentemente, afetam a qualidade de vida já abalada pela crise que freia o desenvolvimento econômico.

Do mesmo modo, na obscuridade das celas fétidas, os apenados se rebelaram contra as condições indignas a que são submetidos no sistema carcerário do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma situação de calamidade, como ora reconhece o governo estadual, que não era absolutamente desconhecida dos gestores públicos; ao contrário, a cada ano se agrava em virtude da omissão dos setores competentes para debelar as demandas deste sistema, que só se avolumam mais e mais.

Há em comum, nos meandros de um caso e outro, a presença de organização criminosa que desafia o aparato policial e a ordem constituída. A facção que coordenou as insurreições dentro dos presídios potiguaras – fala-se no PCC (Primeiro Comando da Capital) - revelou-se tão bem articulada, apesar da restrição de liberdade, quanto a quadrilha que dilapidou o patrimônio da Petrobras, formada em sua maioria por ex-diretores da estatal, empreiteiros e agentes públicos, incluindo parlamentares no usufruto do mandato.

No cenário local, a cúpula da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte não explica como os detentos conseguiram instituir uma rede de comunicação clandestina para executar um plano coordenado de rebeliões nas unidades prisionais, mobilizando ainda comparsas do lado de fora das grades que incendiaram ônibus em circulação.

Por sua vez, o governo petista não convence quando alega que não tinha conhecimento da rataria que vem mordendo o queijo no seu quintal desde a gestão de Lula, quando, aliás, verificou-se outro escândalo igualmente calamitoso que atingiu assessores próximos do ex-presidente: o inesquecível Mensalão.

Você achou o imóvel, mas não conseguiu financiamento?
A CHB é a sua solução.

- Juros baixos;
- Até dez anos para pagar;
- O imóvel oferecido em garantia deverá estar regularizado na Prefeitura e cartório competente;



- Não será aceito terreno/ lote como garantia;
- Valor do crédito limitado a 50% do valor de avaliação do imóvel.



COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA

4009.4800
www.chbcredito.com.br

criola

ORÇAMENTO DA UNIÃO TRIPLICA FUNDO PARTIDÁRIO

/ PEÇA / DIVIDIDO PROPORCIONALMENTE DE ACORDO COM O TAMANHO DAS BANCADAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, O VALOR PASSOU DE R\$ 289,56 MILHÕES PARA R\$ 867,56 MILHÕES

COM ATRASO DE três meses, governo e oposição fecharam acordo e o Orçamento Geral da União 2015 foi votado na noite de terça-feira (17). O projeto abre caminho para a equipe econômica anunciar nos próximos dias o que será contingenciado, ou seja, o que não será executado imediatamente. A medida é tomada anualmente para sinalizar que a meta de superávit primário de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) será cumprida. A expectativa é que o valor congelado possa ser de até R\$ 80 bilhões.

Este ano, sob a justificativa do relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR), de fazer um teste para o financiamento público de campanha, o Congresso triplicou a verba para o Fundo Partidário, prevista no Orçamento da União. O valor, dividido proporcionalmente de acordo com o tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados, passou de R\$ 289,56 milhões para R\$ 867,56 milhões. Com isso, a peça orçamentária teve um acréscimo de quase R\$ 13 bilhões.

O orçamento aprovado para 2015 foi R\$ 2,982 trilhões. Na distribuição também estão previstos R\$ 3,9 bilhões para compensar perdas da chamada Lei Kandir, R\$ 1,5 bilhão para o programa Minha Casa, Minha Vida, além de mais R\$ 3 bilhões para ações de saúde.

Entre as despesas em vigor, além do salário mínimo de R\$ 788, está uma verba de R\$ 800 milhões



► Senador Romero Jucá, relator da proposta que resultou no acréscimo de quase R\$ 13 bilhões no OGU

para os reajustes dos salários de autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário. Este ano, o vencimento dos ministros do Supremo Tribunal Federal subiu para R\$ 33,8 mil. O valor tem efeito cascata, que também é o teto constitucional do funcionalismo público federal.

O projeto depende da sanção presidencial e tem o maior valor aprovado para emendas individuais de deputados e senadores, que serão R\$ 12,37 bilhões. O montante inclui os 268 parlamentares novatos no Congresso. Nesse caso,

cada um teve direito de apresentar R\$ 10 milhões em emendas. Os que apresentaram propostas durante a tramitação do projeto na Comissão Mista de Orçamento, em 2014, tiveram direito a R\$ 16,32 milhões cada. A verba é aplicada em custeio, obras e serviços nas bases eleitorais dos congressistas, em áreas como educação, saúde, esporte e turismo.

Para atender às demandas e chegar a um acordo com deputados e senadores, o relator cancelou R\$ 4,8 bilhões que o governo havia destinado para despesas com a

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Essa conta subsidia, por exemplo, a geração das termelétricas a diesel, para evitar impacto para os consumidores.

Segundo Jucá, o cancelamento foi acordado com o governo. Este ano, a CDE não será usada já que o financiamento das termelétricas virá do aumento da conta de luz. Mesmo com a preocupação do governo em fazer o ajuste fiscal, Jucá também garantiu que o remanejamento dos recursos cancelados para outras despesas é compatível com a meta fiscal deste ano.

DATAFOLHA APONTA QUE 62% REPROVAM GOVERNO DILMA

Pesquisa Datafolha feita na segunda e terça-feira indica que 62% dos brasileiros consideram a gestão da presidenta Dilma Rousseff ruim ou péssima. De acordo com o levantamento, 13% dos entrevistados avaliaram positivamente o governo, enquanto 24% classificaram de regular a gestão de Dilma. Foram ouvidas 2.842 pessoas, e a margem de erro é de dois pontos percentuais.

O último levantamento feito pelo Datafolha, divulgado no início de fevereiro, apontava que Dilma tinha avaliação positiva de 23% dos entrevistados, enquanto 44% consideravam o governo da presidenta ruim ou péssimo.

É a primeira vez, de acordo com a pesquisa, que o percentual de pessoas que desaprovam o governo passa dos 50%. Centro-Oeste e Sudeste registram as maiores taxas de rejeição, com 75% e 66%, respectivamente. A maior taxa de aprovação está no Norte (21%). No Nordeste, 16% aprovam o governo.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que a pesquisa Datafolha divulgada ontem (18) é uma "fotografia do momento". "A fotografia tem essa característica: fotografia o momento, mas não aprisiona a realidade fotografada", destacou ele, no lançamento do pacote de medidas do governo para combater a corrupção, nesta quarta-feira, na capital federal.

Para o ministro, um momento fotografado deve ser objeto de reflexão. "Tenho absoluta certeza de que a presidenta Dilma Rousseff, ao longo dos quatro anos de mandato, terá um magnífico desempenho, como teve no primeiro mandato, e mostrará a todos os brasileiros que todas as suas bandeiras, as bandeiras que a elegeram para um segundo mandato, serão plenamente satisfeitas, construindo um país que cada vez mais se desenvolve com justiça e com combate permanente à corrupção e exclusão social."



► José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça: fotografia do momento



► Garibaldi Alves Filho, senador e presidente da Comissão de Infraestrutura

GARIBALDI ASSUME A COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) foi eleito presidente da Comissão de Infraestrutura para o biênio 2015/2016. O vice-presidente será Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Em seu primeiro pronunciamento, Garibaldi deixou claro que pretende fazer da fiscalização do Poder Executivo um dos norteis do seu trabalho. O senador preocupa-se com o fato de diversas agências reguladoras estarem com diretorias vagas por falta de indicações da presidência da República.

"Não podemos só ficar esperando estes nomes, temos que cobrar. As agências estabelecem segurança jurídica para inúmeras atividades", disse.

Cabe à Comissão de Infraestrutura realizar as sabinas com os nomes indicados pelo Poder Executivo, podendo aprová-los ou não.

Garibaldi citou nominalmente a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com uma diretoria vaga e outras duas que se abrirão logo; a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), hoje ocupada por três diretores interinos; e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), também com duas vagas.

O senador também anuncia que dará prioridade para a aprovação de projetos na área da mobilidade urbana.

"A população clama às vezes de modo retumbante por melhorias no transporte público, no transporte aéreo, mas também por abastecimento de água e saneamento. Estes serão nossos focos", diz.



► Rodrigo Janot, procurador-geral da República, com autoridades suíças

/ LAVA JATO /

SUÍÇA BLOQUEIA R\$ 1,3 BI DE CONTAS INVESTIGADAS

O **MINISTÉRIO PÚBLICO** da Suíça anunciou ontem (18) o bloqueio de R\$ 1,3 bilhão de empresas e pessoas envolvidas na Operação Lava Jato. O valor é equivalente a US\$ 400 milhões. O bloqueio faz parte de um acordo de cooperação com o Ministério Público Federal, responsável pela investigação.

De acordo com as autoridades suíças, foram localizadas 300 contas, nas quais houve movimentação de milhões de dólares por ex-diretores da Petrobras e executivos das empreiteiras investigadas. Até o momento, R\$ 390 milhões (US\$ 120 milhões) foram repatriados.

Na semana passada, a Procuradoria-Geral da República anunciou a repatriação de R\$ 139

milhões pertencentes ao ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco. O dinheiro estava depositado em contas na Suíça e foi transferido para uma conta da Justiça Federal em Curitiba, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato na primeira instância.

Recentemente, os investigadores localizaram também, na Suíça, depósitos do ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. Ele foi preso segunda-feira (16), porque transferiu 20 milhões de euros da Suíça para Mônaco, em uma possível tentativa de esconder o dinheiro dos investigadores da Lava Jato. A defesa de Duque nega recebimento de propina e que ele tenha contas secretas no exterior.

CGU ABRE PROCESSOS CONTRA EMPRESAS

A Controladoria-Geral da União (CGU) abriu ontem (18) seis processos administrativos contra empresas envolvidas nas investigações da Operação Lava Jato. Com isso, chega a 18 o número de empresas com processos instaurados pelo órgão. Dependendo do resultado das investigações, elas poderão ser impedidas de celebrar novos contratos. Há também a possibilidade de aplicação de multas.

A lista das empresas foi divulgada pela CGU. São elas: Tome Engenharia, Egesa Engenharia, Carioca Christian Nielsen, Skanska Brasil, Eit Empresa Industrial Técnica e MPE Montagens e

Projetos Especiais. Todas serão notificadas nos próximos dias. Por meio de nota, a CGU não descartou a possibilidade de novos processos serem abertos contra outras empresas.

As empresas que já tinham os processos administrativos de responsabilização instaurados são: Camargo Corrêa, Engevix, Galvão Engenharia, Iesa, Mendes Junior, OAS, Queiroz Galvão, UTC-Constran, Alumni Engenharia, GDK, Promon Engenharia, Andrade Gutierrez, Fidens Engenharia, Sanko Sider, Odebrecht, Odebrecht Óleo e Gás, Odebrecht Ambiental e SOG Óleo e Gás.

/ PROPOSTA /

CÂMARA VAI DEBATER MAIORIDADE PENAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados retoma, na próxima semana, o debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93 que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal. Hoje (18), a CCJ aprovou dois requerimentos para realização de audiências públicas sobre a admissibilidade da proposta. A primeira será terça-feira (24).

Um dos requerimentos, de autoria do deputado Alessandro Molon (PT-RJ), propõe ouvir representantes de diversas entidades da sociedade civil. Entre elas, estão a Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Anaced), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Também deverão ser ouvidos dois constitucionalistas com opiniões favorável e contra a redução.

A votação da admissibilidade da proposta foi um dos pontos da pauta da reunião da comissão realizada ontem (17). Um pedido de vista coletivo do parecer do relator, Luiz Couto (PT-PB), que é contra a admissibilidade, foi a causa do adiamento.

Antes da leitura do parecer, a CCJ rejeitou, por 37 votos a 19, o requerimento de Décio Lima (PT-SC), que pedia a retirada da pauta de votação da PEC e das 38 propostas apensadas a ela. Todas tratam da questão da maioria penal – a primeira, apresentada em 1993, propõe redução de 18 anos para 16 anos.

Em seu parecer, Couto argumenta que as propostas ferem cláusula pétreia da Constituição e também desrespeitam o Pacto de São José, tratado internacional de direitos humanos do qual o Brasil é signatário e que determina que crianças e adolescentes recebam tratamento socioeducativo.



João Batista Machado
escreve nesta coluna
às quintas-feiras

Povo ocupa ruas contra corrupção, Dilma e PT

A praça é do povo como o céu é do condor, disse o poeta Castro Alves. Mais tarde, outro baiano, Caetano Veloso modernizou a frase: "A praça é do povo, como o céu é do avião". A manifestação do dia 15 deste mês já faz parte dos grandes eventos nacionais, a exemplo das Diretas Já (1984), referência maior da redemocratização em 1985, depois de 21 anos de autoritarismo. Posteriormente foi implantada a ditadura, após promulgação do famigerado Ato institucional nº 5 em 13 de dezembro 1968.

No último domingo, mais de dois milhões de pessoas saíram às ruas, praças e avenidas protestando contra desmandados do governo conivente com a corrupção descarada, notadamente na Petrobras, institucionalizada nos governos Lula da Silva e Dilma e Rousseff. O objetivo era financiar com dinheiro público a maioria fisiológica do governo que, através de cargos importantes nas empresas estatais, promovia o enriquecimento dos seus afilhados, além de abastecer com recursos sujos PT, PMDB e PP e seus padrinhos insaciáveis.

Tal manifestação ficará na história como o dia em que o povo disse basta. Chega de corrupção, engodo, mentiras, embromações e farsas. Por isso, estavam nas ruas os extratos sociais mais expressivos da sociedade brasileira. Professores, trabalhadores, donas de casa, servidores públicos, estudantes e profissionais liberais, com as presenças significativas de homens, mulheres, jovens e crianças representando a família brasileira ludibriada e saqueada por uma quadrilha que chegou ao poder para assaltá-lo.

Indignada, a multidão coloriu o país de verde e amarelo resgatando o espírito patriótico da nação espoliada por um governo divorciado das reivindicações populares. O povo exigiu "Fora Dilma e fora PT", ao afirmar com altivez que perdeu a paciência com o governo e seu partido. O protesto convocado pelas redes sociais emocionou o país. Houve protesto em todas as capitais, distrito federal e outras cidades. Era o povo nas ruas representado por si mesmo, sem intermediários.

MANIFESTAÇÃO PACÍFICA SEM PRESENÇA DE BADERNEIROS

O domingo cívico e festivo coincidiu com os 30 anos de plenitude democrática, após redemocratização em 1985. Antes, a democracia era vítima de crises periódicas, através de golpes militares que interrompiam sua consolidação, culminando com a intervenção em 1964 que depôs o presidente João Goulart. O dia previamente marcado, 15 de março, também teve este significado comemorativo ao maior período democrático da história deste país.

Os baderneiros mascarados denominados "Black Blocs", que se infiltraram nas manifestações populares de 2013 com a finalidade de destruir os patrimônios público e privado, desta vez não apareceram. Não dispunham dos recursos do governo visando tumultuar as manifestações populares. Esse tipo de baderna parece não ter mais apoio na gestão do novo ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto.

Antes, esses meliantes teriam sido incentivados pelo governo através da Secretaria Geral da Presidência, na época exercida por Gilberto Carvalho, com a finalidade de impedir a presença do povo nas ruas, de maneira pacífica, protestando contra o governo. Por coincidência, os tais arruaceiros foram recebidos por ele, com todas as pompas solenes no Palácio do Planalto, após os atos de vandalismo.

As manifestações populares de junho de 2013 acordaram o governo e o gigante adormecido, "deitado eternamente em berço esplêndido", como consta da letra cafonada do Hino Nacional, clamando por melhoria na educação, saúde e segurança, mas, infelizmente, não foram ouvidos pela insensibilidade oficial que ignorou suas legítimas aspirações. Pela primeira vez, neste país, o povo saía às ruas para reivindicar seus direitos sem intermediação de prepostos.

Agora, os fatos se repetiram com maior intensidade e o governo responde com palavras vazias, empurrando problemas com a barriga. Até a presidente Dilma participou da encenação, afirmando que "a corrupção é uma velha senhora que agora ressurgiu sempre devido ao açodamento da imprensa". Continua falseando a verdade com sofismas. A paciência do povo tem limite. É prudente não provocá-lo. Afinal, a voz do povo é a voz de Deus.

A VOZ DO POVO NAS RUAS

A movimentação espontânea não precisou de transporte gratuito, dinheiro, quentinhas, distribuição de bonés e camisetas e outros kits financiados pelo governo mediante presenças de Centrais Sindicais, Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Sem Teto (MST), União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras organizações cooptadas pelo poder público em defesa dos seus interesses mesquinhos, escusos e inconfessáveis.

Já a pífia mobilização do dia 13 (sexta-feira), antecedendo a

feita cívica do dia 15 (domingo) foi um fracasso, apesar do respaldo oficial transformando o suposto apoio das ruas em arregimentação chapa branca, repudiada pela população. A presidente, que assumiu o poder a pouco mais de dois meses parece ter chegado à exaustão. Envelheceu antes do tempo. Perdeu a confiança do povo. Até dos aliados mais próximos. Isolou-se no Palácio do Planalto e convive com a solidão entre as quatro paredes do suntuoso gabinete presidencial.

Não possui liderança própria

para contornar a crise que chegou devastadora, após os primeiros quatro anos de populismo demagógico, com viés eleitoral, visando sua recondução ao poder. Exagerou nas concessões. Mistificou na campanha incentivada pelo marqueteiro João Santana. Ganhou a eleição, mas perdeu a capacidade de governar. Hoje, precisando de um curador, convocou o economista/banqueiro Joaquim Levy, cuja política ortodoxa detestava, para arrumar e por ordem na casa desarrumada.

Os ministros escalados para falar sobre os efeitos da gigantesca manifestação, José Eduardo Cardozo (Justiça) e Miguel Rossetto (Secretaria Geral da Presidência da República) caíram no lugar comum. "Vamos enviar ao Congresso um pacote destinado ao combate à corrupção", disse de forma evasiva o ministro Cardozo. "Foi uma manifestação dos eleitores da oposição", completou Rossetto agredindo a sensatez. Repetiram a mesmice de sempre. O silêncio seria mais aconselhável. Agredir os fatos é burrice.

Plural

MARCUS PEIXOTO

Presidente da UnP ► presidenciaunp@unp.br



Marcus Peixoto
escreve nesta coluna
às quintas-feiras

Conecte-se

► cartas@novojornal.jor.br



twitter.com/NovoJornalRN



facebook.com/novojornalrn

novojornal.jor.br



O leitor pode fazer a sua denúncia neste espaço enviando fotografias

FIES: Mudando as Regras

É inegável que, desde 2008, os grandes motores do crescimento de matrículas no Ensino Superior no Brasil foram o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e as Instituições de Ensino Superior Privadas (IES Privadas).

A união de ambos criou a possibilidade para o incremento de mais de um milhão de matrículas entre 2008 e 2013. Nesse mesmo período, o Fies passou de 32 mil novos alunos ao ano para cerca de 560 mil. Tudo isso de forma inovável devido a uma vertiginosa injeção de capital, tanto por parte do setor privado (bilhões de reais em novas instalações, aquisições e em contratações de professores) quanto pelo setor público (somente em 2014 foram cerca de R\$ 13,7 bi em desembolsos, que deverão ser ressarcidos depois que os alunos obtiverem seus diplomas).

Essa parceria vem passando por um significativo processo de mudança em 2015, fruto das novas regras implementadas pelo Governo Federal.

Alegando, inicialmente, uma busca por melhorias de qualidade, o Governo decidiu, no final de 2014, mudar as condições de entrada, precificação e desembolsos do programa. Em seguida, com dificuldades em adaptar seu sistema às mudanças, o Governo acabou por causar transtornos para os alunos pleiteantes (novos e já contratados) e também para as IES privadas. Falhas na comunicação e medidas restritivas como, por exemplo, o teto de 6,41% para o reajuste da mensalidade, tornaram o processo de aditamento e contratação de novos financiamentos árduo e complexo para os estudantes, preocupando com a possibilidade cada vez mais real de se verem alijados do processo educacional.

Apesar de buscar adaptar o programa às suas próprias restrições e tentativas de melhorias, o Governo e as falhas de comunicação nesse processo de transição deixaram as IES privadas e os alunos desprevenidos e despreparados para o que está por vir.

Sendo assim, alguns temas ainda permanecem abertos e podem causar reflexos imprevistos por parte do Governo. Por exemplo, não será possível que a restrição dos 450 pontos no Enem possa acarretar em uma nova elitização do Ensino Superior, pois mais de 90% dos alunos abaixo de 500 pontos pertencem ao segmento de famílias com menos de 5 salários mínimos?

A verdade é que, no meio de tanta incerteza e dúvidas, diversos receios e perguntas ainda pairam sobre as cabeças dos gestores privados e dos alunos: O que fazer com os investimentos em despesas de pessoal e ativos planejados pelas IES? O que devem fazer os estudantes que, inconscientemente das mudanças que estariam por vir, somente agora, descubrem que não conseguirão obter o financiamento, pois novos limites foram implementados e os afetam diretamente?

As respostas ainda virão à tona nos próximos períodos e esperamos que novas soluções sejam devidamente debatidas e implementadas por todos os atores dessa importante equação.

Feminicídio

Neologismo muito assediante com a vigência da 'Lei Maria da Penha' e seus propósitos. Aliás, nos meus 5 anos de Faculdade de Direito da Ribeira, em busca da formação em Ciências Jurídicas e Sociais, nunca ouvi dos professores ou estava escrito em algum livro de Direito Penal o tal feminicídio. O Código Penal de 1940 pontifica "Matar alguém..." sem discriminação, se a vítima é homem ou se é mulher. Todos são iguais perante a lei, num regime democrático de direito, não há como separar a responsabilidade penal. Quando se falava apenas em homicídio, a distribuição da pena era igual. Por que somente agora no crime praticado contra a mulher a tipificação se eleva para crime hediondo? Quantas e quantas vezes se tem visto nos meios de comunicação crimes bárbaros praticados contra homens, com requinte de perversidade, imagens impúblicas, seria um crime comum - se é que existe essa figura - ou passaria a ser hediondo? Não estou desafiando os organismos internacionais. É benemérito que seja feita justiça às sobreviventes e às vítimas fatais do feminicídio. Significa perceber a crueldade

com que as suas vidas foram atingidas e as sequelas físicas e sociais dessa violência, isto é, na vida das mulheres, das pessoas que convivem com elas e para a sociedade brasileira como um todo. Mas sem esquecer os termos genéricos do homicídio - matar alguém - sem essa de separar o crime contra a vida, estimular a matança do gênero masculino, porque se trata de um crime banal, seguido de uma pena branda, desaguando na impunidade. A 'Lei Maria da Penha' está aí, em pleno vigor, com resultados aquém de consequências previsíveis. Sim, mas para os homens não vai surgir uma lei Francisco de tal ou José de tal para protegê-los de agressões sofridas por 'mulher macho sim, senhor'? Onde fica a igualdade perante a lei, incluída a figura do crime hediondo somente praticado contra a mulher? O requinte de crueldade merece ser visto sem

distinção de gênero, para não se cometer injustiça. Este é meu ponto de vista.

José Santos Diniz
Por e-mail

Presídios

Sobre a presença da Força Nacional para atuar na crise do sistema penitenciário: Nessas horas os militares são bons e úteis. Por que não usar o exército de Lula? Tai uma boa ideia.

Jessilho
Pelo Instagram

Presídios - 2

Decreto calamidade pública, isso é vergonhoso, como chegar a esse ponto, sou nascida em Macau e criada em Natal-RN, atualmente moro no Rio de Janeiro, onde a violência também não fica atrás, mas aqui nunca chegou a esse

ponto. Onde está o líder desse estado.

Aninha Barbalho
Pelo Facebook

Presídios - 3

Também nasci em Natal e atualmente estou morando em Brasília; é triste ver nossa cidade nesse estado.

Jadson Huthers
Pelo Facebook

Presídios - 4

Não basta a Força Nacional desembarcar aqui com pompa e circunstâncias. Tem que vir e resolver e não ficar desfilando de helicóptero. Espero que o governo consiga o dinheiro para reformar os presídios, o que não conseguiu nas gestões passadas.

Jair Bentes Carvalho
Por e-mail

Polícia

A sociedade precisa dos 824 PMs nas ruas agora e depois da crise! Vamos cobrar, somos todos vítimas.

Daniel 824PMs, @ Danielms
Pelo Twitter

Quer anunciar?

Procure o departamento comercial do Novo Jornal.

(84) 3342.0369
comercial@novojornal.jor.br
R. Frei Miguelinho, 33, Ribeira - Natal/RN

Editais - Balanços
Avisos - Comunicados
Notas - Fúnebres
Institucionais - Varejo
Encartes

NOVO JORNAL

Diretor Cassiano Arruda Câmara
Diretor Administrativo Lauro Jucá
Diretor Comercial Leandro Mendes
Diretor de Redação Carlos Magno Araújo

Telefones
(84) 3342-0369 / 3342-0358 / 3342-0380
E-mails
redacao@novojornal.jor.br / pauta@novojornal.jor.br /
comercial@novojornal.jor.br / assinatura@novojornal.jor.br
Para assinar (84) 3342-0374

Endereço
Rua Frei Miguelinho, 33, Ribeira
CEP 59012-180, Natal-RN
Representante comercial
Engenho de Mídia-(81) 3466.1308



Editor

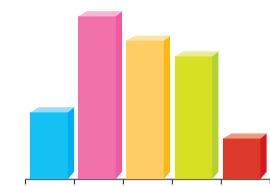
Renato Lisboa

E-mail

renatolisboa@novojournal.jor.br

Fones

84 3342.0358 / 3342.0350



INDICADORES

	DÓLAR	EURO	IBOVESPA	TAXA SELIC	IPCA (IBGE)
COMERCIAL	3,214		+2,47%	12,75%	1,22%
TURISMO	3,310	R\$ 3,482	51.526,19		

MERCADO REGISTROU QUEDA DE 2.415 POSTOS

/ FEVEREIRO / CAGED REGISTRA O PIOR MÊS DE FEVEREIRO DESDE 1999, COM O COMÉRCIO PESANDO NAS DEMISSÕES; NO RIO GRANDE DO NORTE, A PERDA FOI MAIOR DO QUE A MÉDIA, COM A ELIMINAÇÃO DE 4.013 EMPREGOS CELETISTAS

O NÚMERO DE trabalhadores demitidos em fevereiro em todo o país superou o de admitidos em 2.415 vagas. O resultado é o pior para o mês, desde fevereiro de 1999, quando foi registrado saldo negativo de 78.030 empregos. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foram divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Os setores do comércio e da construção civil foram os mais afetados.

O resultado decorre da diferença entre 1.646.703 admissões e 1.649.118 demissões registradas no mês. Em janeiro deste ano, o saldo negativo foi ainda maior: 81.774 postos de trabalho. Em fevereiro de 2014, o saldo foi positivo em 260.823 vagas.

No mercado de trabalho potiguar foram eliminadas 4.013 vagas, correspondendo ao decréscimo de 0,88% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada em

janeiro. Este resultado decorreu, segundo o Caged principalmente, do desempenho negativo dos setores da Indústria de Transformação (-2.081 postos) e da Agropecuária (-1.342 postos). Na série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo, nos dois primeiros meses do corrente ano houve declínio de 5.122 postos (-1,12%).

Ainda na série com ajustes, nos últimos 12 meses verificou-se crescimento de 0,61% no nível de emprego ou um saldo positivo de 2.763 postos de trabalho.

No acumulado do ano em todo o Brasil, a queda de postos de trabalho equivale a 80.732 vagas e, nos últimos 12 meses, a redução corresponde a 47.228 empregos. Segundo o ministro do Trabalho, Manoel Dias, apesar de o resultado ter sido negativo, há um indicador positivo: "ele demonstra estabilização em relação ao resultado obtido em janei-



FÁBIO CORTEZ / NJ

► O varejo foi o setor que mais sentiu as perdas dos postos de trabalho

ro". Os setores que mais influenciaram a queda do emprego em fevereiro foram o comércio, com diminuição de 30.354 vagas na comparação com o mês anterior, e a construção civil, com queda de 25.823 postos. "Por outro lado, tivemos uma recuperação na área

de serviços [52.261 vagas criadas]. No caso do setor de construção civil, os empregos são por prazo determinado e, no fim do ano, tivemos o término de muitos desses contratos. Mas novos orçamentos [destinados aos programas de habitação voltados para a popu-

lação de baixa renda] vão estimular novas contratações", acrescentou Dias.

Segundo o ministro, há uma expectativa de melhora da situação de empregos na medida em que os R\$ 56,5 bilhões previstos para a construção de casas próprias para a população de baixa renda forem sendo aplicados. "Estimamos que, só com esses investimentos, serão criados 2,5 milhões de empregos ao longo do ano. Já foram [liberados] R\$ 8,7 bilhões para a contratação de mais de 99 mil unidades [residenciais] que vão gerar 285 mil novos postos de trabalho, falou o ministro Dias.

De acordo com o Caged, a indústria da transformação apresentou saldo positivo de 2.001 vagas, o que, para o ministro do Trabalho, também representa um bom indicativo.

/ FINANÇAS /

BOLSA SOBE FORTE COM BC AMERICANO

O ÍNDICE IBOVESPA fechou em alta, ontem, após o FED (Federal Reserve, o Banco Central americano) afirmar que a elevação da taxa de juros será menor do que o esperado pelo mercado. Apesar de retirar a palavra "paciência" do comunicado, o comitê afirmou que não deve elevar as taxas em abril.

No fim de 2015, a banda das taxas dos Estados Unidos terá como ponto médio os 0,625% ante expectativas de 1,13% em dezembro. Para 2016, a mediana das projeções também foi reduzida de 2,38% para 1,88%.

A Bolsa brasileira fechou em alta de 2,47%, a 51.526 pontos, o maior patamar de fechamento do mês e já sobe 6% na semana. Enquanto isso, o dólar comercial caiu 0,52%, a R\$ 3,2141. O volume financeiro negociado no pregão foi de R\$ 8,316 bilhões. As ações da Petrobras também fecharam em alta após operarem em queda pela manhã, com os papéis preferenciais, os mais negociados, fechando a R\$ 9,27.



Ainda dá tempo de estar entre os melhores.

Concorra a bolsas de até 100%* e comece a estudar em 04/05

INSCRIÇÕES ATÉ 26/03 — PROVA: 28/03

GRADUAÇÃO TRADICIONAL
GRADUAÇÃO SEMIPRESENCIAL
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

INSCREVA-SE JÁ
ÚLTIMAS VAGAS

Natal: 84 3215.1234
Mossoró: 84 3323.8200
www.unp.br

VOCE COM
TUDO



LAUREATE
INTERNATIONAL
UNIVERSITIES®

*Confira cursos com bolsas disponíveis, quantidade de bolsas e regulamento no site unp.br

DISCIPLINA FISCAL RESGATA CONFIANÇA

/ RISCO / SUSTENTABILIDADE FISCAL SERÁ REFORÇADA, SEGUNDO O MINISTRO JOAQUIM LEVY PARA A FITCH, COM O CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS E AUMENTO DE IMPOSTOS

O **CONTROLE DOS** gastos públicos e os aumentos de tributos reforçam a sustentabilidade fiscal do Brasil no médio prazo, disse ontem o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a representantes da agência de classificação de risco Fitch. Segundo ele, as medidas econômicas adotadas recentemente permitirão ao país reduzir a dívida pública, retomar o crescimento sustentável e manter as conquistas sociais alcançadas na última década.

O controle dos gastos públicos e os aumentos de tributos reforçam a sustentabilidade fiscal do Brasil no médio prazo, falou o ministro Levy a representantes da agência de classificação de risco Fitch. Segundo ele, as medidas econômicas adotadas recentemente permitirão ao país reduzir a dívida pública, retomar o crescimento sustentável e manter as conquistas sociais alcançadas na última década.

Os representantes da Fitch iniciaram ontem a visita anual ao Brasil, em que buscam avaliar as condições econômicas do país para definir a classificação de risco. Atualmente, a agência inclui o país na categoria grau de investimento, que descarta o risco de o governo dar calote na dívida pública.

Além de apresentar as medidas econômicas implementadas recentemente, Levy detalhou reformas estruturais que o governo pretende levar adiante assim que a primeira fase de estabilização fiscal for concluída. Entre as iniciativas prometidas, está a reformulação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribui-



▶ **Ministro Joaquim Levy reuniu-se com representantes da agência Fitch e apresentou medidas adotadas recentemente**

ção para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que prevê a aceleração da devolução dos créditos tributários (tributo pago repetidamente ao longo da cadeia produtiva).

Levy também prometeu acelerar medidas que desburocratizem as exportações, como a ampliação do acesso ao Regime Aduaneiro de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof), destinado a indústrias exportadoras e mudanças na Linha Azul, procedimento de despacho aduaneiro expresso.

Nos próximos dias, os representantes da Fitch participarão de reuniões no Banco Central e no Ministério do Planejamento. Eles também se encon-

trarão com autoridades de outros órgãos do Poder Executivo e com parlamentares.

DIÁLOGO

Brasil e Estados Unidos comprometeram-se a aprofundar o diálogo econômico-financeiro. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e o subsecretário de Assuntos Internacionais do Tesouro dos Estados Unidos, Nathan Sheets, participaram hoje (18) de encontro que definiu os rumos do debate econômico entre os dois países.

A reunião também teve a participação do secretário de Assuntos Internacionais da Fazenda, Luis Balduino, e de representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Banco Central. O Ministério

da Fazenda, no entanto, não informou detalhes sobre os pontos discutidos, apenas que o encontro debateu as condições macroeconômicas dos dois países, os desafios e as perspectivas das políticas econômicas brasileiras e norte-americanas, a situação da economia global e assuntos tributários.

Essa foi a quinta reunião entre representantes da área econômica do Brasil e dos Estados Unidos desde que os dois países constituíram um canal permanente de diálogo econômico-financeiro, em setembro de 2011 em Washington. De acordo com a Fazenda, Levy e Sheets renovaram o compromisso de avançar nas discussões e explorar novas modalidades de colaboração.

/ RECESSÃO /

OCDE prevê queda de 0,5% para a economia brasileira em 2015

A **ORGANIZAÇÃO PARA** a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê queda de 0,5% para a economia brasileira em 2015. Antes, a previsão da OCDE era expansão de 1,5%.

Os dados da OCDE foram divulgados hoje por meio de documento elaborado pelo organismo sobre perspectivas da economia mundial para 2015. A OCDE é uma organização de cooperação internacional composta por 34 países, com sede em Paris.

Entre 11 economias, o Brasil é

o único com a expectativa de resultado negativo no Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos as riquezas do país, em 2015, informou a OCDE.

A expectativa é que a China cresça 7% ao ano em 2015 e 2016. A Índia terá uma expansão de 7,7% em 2015 e de 8% em 2016.

As perspectivas da OCDE para o crescimento dos EUA é 3,1% este ano e de 3% em 2016, enquanto o Reino Unido deverá avançar 2,6% em 2015 e 2,5% em 2016. A expansão do Canadá está projetada em

2,2% este ano e 2,1% em 2016. O Japão deverá crescer 1% em 2015 e 1,4% em 2016.

O baixo preço do petróleo e a flexibilização da política monetária estão impulsionando o crescimento nas principais economias do mundo, mas o ritmo da expansão econômica no curto prazo continua modesto, destaca a OCDE. Para a organização, a forte demanda doméstica tem impulsionado o crescimento nos Estados Unidos, ajudado também pela valorização do dólar. Na avaliação da OCDE, a

zona do euro deverá se beneficiar de baixos preços do petróleo, do estímulo da política monetária e da depreciação do euro para escapar da estagnação econômica.

No Japão, os desafios para crescimento a longo prazo permanecem. A desaceleração gradual na China deverá continuar. A Índia deve ser a economia com o mais rápido crescimento nos próximos dois anos, enquanto as perspectivas tendem a piorar para muitas nações exportadoras de commodities, com o Brasil.

/ ECONOMIA /

Ministério publica guia para diminuir consumo de energia nos prédios públicos

O **MINISTÉRIO DE** Minas e Energia lançou ontem o Guia para Eficiência Energética nas Edificações Públicas, com o objetivo de orientar os gestores de cada ministério na elaboração de editais para fazer diagnósticos energéticos e implantar as medidas de eficiência propostas nesses diagnósticos.

O guia, elaborado em parceria com o Centro de Pesquisa de Energia Elétrica, tem mais de 300 páginas, e aborda as principais etapas a

serem contratadas em projetos de revitalização típicos em edificações públicas, com o objetivo de aumentar a eficiência energética dos prédios. Segundo a cartilha, no Brasil, o consumo de energia elétrica nas edificações residenciais e comerciais, de serviços e públicas, corresponde a aproximadamente 50% do total da eletricidade consumida no país.

O manual destaca os itens considerados na etiqueta para edição comercial, de serviço e pú-

blica, tais como: envoltória, cobertura, janelas e portas, paredes de isolamento e condicionamento de ar, elevadores e sistema de tração.

O Guia para Eficiência Energética nas Edificações Públicas está disponível em duas versões online: a edição completa, que traz os anexos e documentos de apoio e a edição compacta. Uma cartilha de introdução ao guia também foi disponibilizada em versão digital no site do Ministério de Minas

e Energia, com um resumo dos principais temas abordados.

Há um mês, o governo estabeleceu medidas para reduzir o consumo de energia elétrica e água em órgãos da administração pública federal. De acordo com a portaria, as entidades e os órgãos federais devem adotar práticas responsáveis de consumo, como o uso consciente dos aparelhos de ar condicionado e de lâmpadas, além de evitar o desperdício de água.



▶ **Tombini fala que reajustes de agora amenizam inflação do futuro**

/ 2016 /

TOMBINI DIZ SER FACTÍVEL META DE 4,5%

O **PRESIDENTE DO** Banco Central (BC), Alexandre Tombini, disse ontem que a concentração de reajustes de preços administrados no primeiro trimestre de 2015 contribuiu para redução da pressão inflacionária à frente e queda da inflação acumulada em 12 meses, no início do próximo ano. Os preços administrados são aqueles regulados pelo governo, como os da gasolina e energia. Para Tombini, é "factível" a convergência, em 2016, da inflação para o centro da meta de 4,5%, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Tombini fez as declarações durante participação na Segunda Conferência Macro Global no Brasil, promovida pelo Goldman Sachs Banco Múltiplo, em São Paulo. De acordo com o presidente do BC, a política monetária "está e continuará vigilante". Ele voltou a afirmar que o país sofre o impacto de dois fenômenos de ajustes de preços: os domésticos em relação aos internacionais, em função, principalmente, do

fortalecimento do dólar; e o dos preços administrados em relação aos preços livres. "Esses ajustes de preços fazem com que a inflação corrente mensal se leve no curto prazo, como tem sido neste primeiro trimestre", disse. Apesar disso, na avaliação dele, há sinais positivos para o objetivo da convergir a inflação para o centro da meta.

Entre eles, o presidente do BC destacou que o mercado de trabalho está "menos tensionado", e isso "tende a moderar as pressões inflacionárias". Tombini disse ainda que, mesmo com o fortalecimento do dólar norte-americano, fatores como o comportamento e projeções para os preços das commodities (produtos básicos com cotação internacional), bem como o enfraquecimento de outras moedas, como o euro, podem mitigar os efeitos do fenômeno sobre os preços domésticos.

Tombini Ressaltou também que a economia brasileira passa por um ajuste "importante e necessário", e 2015 será um ano de "transição".

/ CRIME /

LAVAGEM DE DINHEIRO SOMA R\$ 80 BILHÕES

DO TOTAL DE R\$ 105 bilhões identificados como dinheiro sonogado desde o início de 2015 no Brasil, R\$ 80 bilhões foram transferidos para operações de lavagem de dinheiro. A estimativa é do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), que lançou hoje (18), na Esplanada dos Ministérios, a Lavanderia Brasil, peça publicitária em formato de uma máquina de lavar que simboliza os valores sonogados com os artifícios da lavagem de dinheiro.

Lavagem de dinheiro é uma operação financeira que visa a dar aparência de legalidade a dinheiro de origem ilícita.

De acordo com o presidente do Sinprofaz,

Heráclio Camargo, o objetivo da campanha é chamar a atenção do cidadão e trazer à tona a discussão sobre os mecanismos da lavagem de dinheiro no país. "É uma ação para conscientizar a cidadania sobre a brutal sonogação de tributos no Brasil, muito envolvida com os esquemas de lavagem de dinheiro", disse.

Segundo Camargo, a expectativa é que a presidenta Dilma Rousseff anuncie, dentro do chamado pacote anticorrupção, a estruturação definitiva da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. "A população quer respostas para agora e o combate preventivo é feito pela Advocacia-Geral da União, que está sucateada", disse.

/ DÓLARES /

FLUXO POSITIVO DE US\$ 2,2 BILHÕES EM MARÇO

O **FLUXO CAMBIAL**, diferença entre a entrada e a saída de dólares do país, está positivo em US\$ 2,229 bilhões em março. Os números têm por base o período do início do mês até a última sexta-feira (13) e foram divulgados ontem pelo Banco Central (BC). No acumulado do ano, o saldo está positivo em US\$ 3,43 bilhões.

O fluxo positivo significa que a entrada de dólares

no país supera a saída. Na primeira semana de março, o fluxo cambial ficou positivo em US\$ 3,019 bilhões. No entanto, na segunda semana, entre os dias 9 e 13, o fluxo teve resultado negativo de US\$ 790 milhões, diminuindo o saldo. O saldo negativo na segunda semana deveu-se tanto ao segmento financeiro incluindo investimentos em títulos, remessas de lucros e dividendos ao exterior.



Editor

Moura Neto

E-mail

mouraneto@novojornal.jor.br

Fones

84 3342.0358 / 3342.0350

DETENTOS FAZEM ACORDO PARA ENCERRAR MOTINS

/ CESSAR FOGO / OITO DIAS DEPOIS DO INÍCIO DAS REBELIÕES NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO, LÍDERES DOS APENADOS ACEITAM PROPOSTA PARA ACABAR COM O MOVIMENTO; HOJE HAVERÁ REVISTA NAS CELAS DE ALÇAÇUZ

RAFAEL BARBOSA
NOVO JORNAL

APÓS OITO DIAS de motins nas unidades prisionais do Estado e ataques pontuais a ônibus urbanos, os presidiários detidos na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, que lideraram o movimento, prometeram ontem um cessar fogo. Depois de uma reunião com representantes do Judiciário, Ministério Público e Direitos Humanos, ficou acertado que alguns pleitos dos apenados seriam atendidos. Com isso, eles concordaram em encerrar a série de rebeliões.

A solicitação do encontro para resolução do problema partiu de dentro do presídio. O juiz de Execuções Penais, **Henrique Baltazar**, recebeu a informação da Pastoral Carcerária de que os presos queriam uma conversa com ele e retornou a ligação para o número fornecido para combinar como seria feito.

De acordo com o magistrado, cinco presos participaram da reunião, que ocorreu do lado de dentro da unidade prisional. Baltazar participou do encontro e disse que, depois de receberem a garantia de que seus pleitos seriam atendidos, eles afirmaram que cessariam as investidas do lado de fora das cadeias, bem como as rebeliões. "Eles disseram que se comunicariam com os demais para garantir isso", afirmou Baltazar.

Ainda segundo o juiz, as reivindicações dizem respeito a melhorias no acondicionamento e repasse dos alimentos levados pelos familiares dos detentos, mudanças nos procedimentos de revista, para que não cause constrangimento, e revisão dos processos judiciais para averiguar quais deles já têm direito a progressões de regime.

Para este último ponto, Henrique Baltazar disse que vai fazer contato com a Defensoria Pública para que o órgão auxilie no processo. No que diz respeito aos pedidos iniciais dos apena-



► Henrique Baltazar, juiz de Execuções Penais, comemora negociação que resultou no fim das rebeliões



► Penitenciária de Alcaçuz: retorno à normalidade na tarde de ontem

dos, divulgados na segunda-feira, sobre a remoção de Dinorá Simas da direção da Penitenciária de Alcaçuz, o juiz de Execuções Penais afirmou que durante a reunião isso não foi sequer discutido.

"Eles já sabiam que não se-

ria negociada a remoção de diretores e já chegaram dizendo isso. O Estado é quem escolhe seus gestores e os presos não têm que opinar", afirmou.

Apesar do fim dos motins, o dia de ontem não começou tranquilo. Detentos voltaram a

provocar tumulto no Pavilhão Rogério Coutinho Madruga, dentro da Penitenciária de Alcaçuz, e também houve rebelião no Centro de Detenção Provisória do Pirangi, na Zona Sul da capital. Ambas as ações foram controladas por agentes carcerários e grupos táticos.

Uma revolta que acontecia entre os internos do Ceduc em Caicó, na região Seridó, também teve fim na manhã desta quarta. Na noite da terça-feira, a crise provocou a saída de mais um gestor do sistema prisional. Osvaldo Júnior, que estava à frente do Rogério Coutinho Madruga, enviou carta para a Sesed pedindo o afastamento. Além dele, Zaidem Heronildes, que ocupava a Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejuc), solicitou exoneração no começo da semana.

Hoje, as forças policiais vol-

tam a Alcaçuz para realizar uma revista nas celas, o que já foi comunicado aos presos, que não se opuseram à medida. Segundo o juiz Henrique Baltazar, os homens garantiriam que iriam colocar as ferramentas usadas nas depredações do lado de fora das celas ainda ontem.

Os detentos também propuseram a participação deles na recuperação das unidades. "Como há alguns presos que são serralheiros e pedreiros, eles sugeriram que poderiam ajudar, mas a maneira como vão acontecer as reformas ainda será decidida pelo Estado", completou o magistrado.

Também ainda será definido pelo Governo do Estado o que será feito com os presidiários durante as construções, visto que eles não podem permanecer nos prédios durante as reformas.

DIRETORES DE ALÇAÇUZ DEIXAM OS CARGOS

Osvaldo Júnior Rossato pediu na terça-feira para ser exonerado do cargo de diretor do Pavilhão Rogério Coutinho Madruga, Osvaldo Júnior, que fica dentro da Penitenciária Estadual de Alcaçuz. Valdeir Antônio, que ocupava a vice-diretoria, também deixou a administração da unidade na mesma ocasião.

De acordo o próprio Osvaldo, ele decidiu pelo pedido de exoneração depois que uma comissão formada por membros da Ordem dos Advogados do Brasil no RN (OAB/RN) e representantes dos direitos humanos intervieram dentro do presídio, conversando com os detentos.

Ele diz que nas duas oportunidades não pôde participar das conversas e não sabe do teor do que foi acordado com os presidiários. Segundo a carta de demissão enviada por Osvaldo Júnior à secretária Kalina Leite, não havia problemas no presídio até a intervenção desta comissão.

A carta diz que na segunda-feira foram feitas "promessas" aos presos sem a consulta à direção. Na terça, a comissão teria retornado à unidade e, ainda de acordo com Osvaldo Júnior, logo em seguida os apenados iniciaram um motim. "Depois que eles realizaram essas reuniões sem a minha participação perdi toda a autonomia e autoridade", reclamou o ex-diretor.



► Osvaldo Júnior Rossato, ex-diretor do presídio

GOVERNO NÃO TEM ESTIMATIVA DO PREJUÍZO

A secretária estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Norte, Kalina Leite, estima que cerca de 1.000 vagas foram eliminadas no sistema penitenciário potiguar com as depredações promovidas pelos apenados nos últimos dias. Com isso, o déficit de vagas passou de 4 mil para 5 mil. Contudo o coordenador da Administração Penitenciária, Leonardo Freire, informou em entrevista à Agência Brasil que o número de vagas subtraídas chega a 1,5 mil. São 7,7 mil presos para 4.666 vagas.

Até o momento, porém, o governo não fez um levantamento nas unidades atingidas pelos motins para mensurar o valor do prejuízo com os danos causados pelos rebelados, informou Kalina Leite, ontem, em entrevista coletiva na qual explicou a atuação do governo federal durante o período

de crise no sistema carcerário do Rio Grande do Norte. Na ocasião, estava presente também a secretária nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina Miki.

Segundo a titular da Sesed, a crise que explodiu agora estava "anunciada" há anos, porém nada foi feito para melhorar a situação e ampliar o número de vagas das unidades prisionais. "O que mudou foi que as polícias foram prendendo mais gente e o sistema não tem como absolver", declarou.

Questionada sobre a livre utilização de aparelhos celulares dentro das unidades carcerárias do Estado, a secretária da Sesed afirmou que a instalação de bloqueadores de telefonia nas penitenciárias deveria ter sido providenciada "há muito tempo". "É uma prioridade a partir de agora, mas quem assumir a secretaria (de Jus-

tiça) vai tratar disso, estou apenas interinamente".

Na coletiva, Regina Miki disse que o governo federal não iria medir esforços para resolver o problema que se instalou no Rio Grande do Norte. "Somos mais fortes

que o crime organizado", disse. A secretária nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça afirmou que, inicialmente, a Força Nacional veio para o RN para atuar no policiamento ostensivo, em virtude das ações que acontece-



► Regina Miki e Kalina Leite: garantia de apoio do governo federal ao RN

ram do lado de fora dos presídios.

Contudo, poderia participar de outras ações da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, como incursões em presídios, caso fosse necessário. "Nós viemos para atuar no policiamento ostensivo", reforçou.

Regina Miki afirmou que a Força Nacional não tem data para deixar o estado, bem como, havendo necessidade, o Ministério da Justiça tem a disponibilidade de enviar mais homens para compor as equipes.

Na ocasião, informaram que o secretário adjunto de Segurança da Paraíba, Jean Francisco, e o Delegado Geral do estado paraibano, João Alves, estão no RN para ajudar nas ações de combate à crise. Nem a secretária de Estado nem Regina Miki deram detalhes sobre a atuação das forças militares no combate à crise.

CONTINUAÇÃO
DA PÁGINA 9 ►

ADVOGADO CONTA O QUE VIU DENTRO DE ALCAÇUZ

CLÁUDIO OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

A Ordem dos Advogados do Brasil (AOB) enviou ao presídio de Alcaçuz uma comitiva composta por cinco advogados, que constataram a situação em que se encontram os detentos, inclusive feridos, e concluíram que, apesar dos ataques aos ônibus nesta semana, as células das facções criminosas presentes no estado não são tão fortes o quanto se anuncia. A comitiva também analisou que para resolver a crise no sistema prisional será preciso investir na estrutura do sistema ou, do contrário, novos motins e ataques voltarão a acontecer.

Os advogados participaram das negociações ontem com os presos, coletaram depoimentos, fotos e filmagens e vão produzir um relatório para ser entregue às Secretarias de Seguranças Públicas (Sesed) e de Justiça e Cidadania (Sejuc), ao Gabinete Civil do estado e também ao Ministério Público e à direção do presídio.

O advogado Alexandre Rego, que integrou a comissão da OAB, conta que a visita ao pavilhão 5 foi definida após chegar até os advogados a informação de que havia detentos feridos por armas de fogo letais na noite da terça-feira passada. "Houve disparos com armas letais e não letais, a polícia feriu vários presos. Havia homens feridos no braço com estilhaços de tiros de (revolver calibre) 12, outros por estilhaços de borracha no olho. Vimos que houve excessos porque armas letais só devem ser usadas em extremas situações e a polícia podia usar as armas não letais", conta o advogado.

Ele diz que o governo garan-



FÁBIO CORTEZ / NJ

tiu que enviaria médicos para tratar os feridos, mas até o final da tarde de ontem ainda não havia encaminhado os profissionais. Sem o devido tratamento, os presos estariam improvisando para não infeccionar as feridas abertas e até braços quebrados.

O pavilhão também estava depredado pelos presos, mas, segundo o advogado, eles estavam mais tranquilos após a saída do então diretor Osvaldo Júnior e prometeram que iriam respeitar a autoridade da secretária Kalina Leite, uma vez atendidas suas reivindicações. "A princípio falavam que 'Gaúcho' (o ex-diretor) desres-

peitava as famílias e constrangia os parentes no ato da visita, na vistoria, inclusive com xingamentos. Outras vezes tirava as visitas sem justificativa, geralmente castigando a todos pelo erro de um", relata Alexandre Rego.

A falta de privacidade nas visitas íntimas, sendo as mulheres muitas vezes surpreendidas com seus parceiros sem roupas, também foi uma reclamação dos presos, que disseram aos advogados que há celas com câmeras que filmam o momento íntimo das visitas.

Segundo o advogado, estas denúncias constarão no relató-

rio da OAB e, se confirmadas, o ex-diretor pode ser responsabilizado. "O problema é que eles falam para os advogados, mas por medo de represálias não revelam ao Ministério Público", diz.

Para o advogado, os detentos não estão preocupados em fugir, uma vez que tiveram chances de concretizar uma fuga em massa e não o fizeram. "Com toda a certeza poderiam ter feito fuga em massa, mas não o fizeram porque não quiseram. Estão conscientes de que vão passar muito tempo ali e querem apenas melhorias e melhor tratamento para os familiares", afirma.

“

VIMOS QUE HOUE EXCESSOS PORQUE ARMAS LETAIS SÓ DEVEM SER USADAS EM EXTREMAS SITUAÇÕES E A POLÍCIA PODIA USAR AS ARMAS NÃO LETAIS”

Alexandre Rego,
Advogado

HUMBERTO SALES / NJ



EDUARDO MAIA / NJ

► Pavilhão do Presídio de Alcaçuz, em Nízia Floresta, cujos prisioneiros se rebelaram nos últimos dias; com pleitos atendidos pelas autoridades; ordens para motins foram suspensas

SÓ RESOLVE FAZENDO MELHORIAS NA ESTRUTURA

Para a OAB, as medidas adotadas pelo governo para conter a crise são medidas paliativas que não tendem a resolver o problema do sistema carcerário potiguar. Transferir presos, chamar a Força Nacional e substituir gestores só evitará novas rebeliões e possíveis ataques a equipamentos públicos se houver investimento na infraestrutura e em pessoal, segundo os advogados que viram de perto a situação.

Os presos lembraram que fizeram greve de fome no ano passado, cobrando melhorias nos pre-

sídios, mas não surtiu o efeito esperado, apenas a transferência de alguns para outros presídios. Por isso, utilizaram dessa vez, outras armas que chamassem a atenção da população e do governo, como os ataques aos ônibus na segunda-feira passada.

"Para resolver e evitar novos ataques basta cumprir a lei de execuções penais e os direitos constitucionais; dar estrutura básica onde os agentes penitenciários possam respeitar os detentos e garantias dos presos. Hoje se o preso quiser, ele se rebela e foge a qual-

quer momento", diz o advogado Alexandre Rego. Investimento em equipamentos como coletes, armamento, na estrutura dos presídios, compra de novas viaturas são algumas medidas que trariam a sensação de segurança à população, visto que a polícia estaria mais bem equipada.

Contudo, medidas simples, segundo Alexandre Rego, deixam de ser executadas pelo estado para dinamizar e dar praticidade à segurança. "A viabilidade para audiências criminais até hoje não é feita. Daí, transportam um preso

de Alcaçuz para a Zona Norte de Natal com todo o risco da estrutura deficiente. O sistema penitenciário está confuso e perdido. Há alguns dias na 2ª vara Criminal, um preso deixou de ir a audiência porque não conseguiram identificar onde ele estava preso", relata.

Ao analisar a atuação das facções criminosas, o advogado constata que elas atuam de fato no estado, mas não possuem tanto poder quanto a população julga, mesmo que a população celular dentro das cadeias, por meio dos quais partem as ordens para os

ataques externos.

Já as pessoas que a justiça alega que mandou fazer esses ataques, diz, têm, relativamente, pouco poder e não se trata de líderes de facções, uma vez que no estado não existiria uma célula grande e forte do PCC (Primeiro Comando da Capital). "Basta analisar que os envolvidos nos incêndios são bandidos simples e sem força no sistema do crime, tanto que nem fortemente armados estavam. Porém, é plenamente possível que eles vão a atacar se a situação nos presídios não melhorar", avalia.

PARLAMENTARES TÊM PROJETOS PARA SEGURANÇA

A situação calamitosa do sistema penitenciário vivenciada pelo estado está repercutindo nos legislativos municipal e estadual, levando os parlamentares não apenas a discutir, mas também apresentar e aprovar projetos de lei com medidas que reforcem a segurança da população. Na Assembleia Legislativa, foi proposto um projeto para bloquear o sinal de aparelhos celulares nos presídios. Já na Câmara Municipal de Natal, foi aprovada uma proposta de manter a presença de policiais nos ônibus.

Conforme o NOVO JORNAL mostrou em reportagem na edição de ontem, o uso de celulares pelos detentos dentro dos presídios é comum e até o Sindicato dos Agentes Penitenciários confirma a prática. A reportagem conseguiu, inclusive, identificar um número de celular usado por um presidiário dentro do Centro de Detenção Provisória do Potengi, na Zona Norte.

Para evitar a comunicação dos presos, que usam telefones celulares para ordenar ataques aos que estão fora da prisão, o deputado Ezequiel Ferreira (PMDB), presidente da Assembleia Legislativa do estado propôs a instalação de bloqueadores de sinal de celular nos presídios.

Ele sugere no Projeto de Lei que as empresas operadoras do Serviço Móvel instalem equipamentos tecnológicos para identificar e bloquear sinais de telecomunicações nos estabelecimentos penais do estado com o objetivo de impedir a comunicação por telefones móveis nas cadeias, evitando a articulação criminosa dos detentos.

"Com a aprovação desta lei, haverá uma importante colaboração para a Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte, visto que acabará com as articulações existentes entre as quadrilhas que agem, com a participação de integrantes que estão encarcerados, utilizando aparelhos celulares para tais articulações", destacou o parlamentar.

Os deputados não foram os únicos a debaterem e apresentarem proposta para ajudar a resolver a crise do sistema penal do estado. Na Câmara Municipal de Natal, os vereadores também fizeram longos pronunciamentos, sugerindo mudanças no Código Penal com punições mais severas e até revendo a questão da maioria penal.

Nos pronunciamentos destacaram a deficiência das penitenciárias que estão superlotadas e sem condições de acomodar os detentos, sendo esta uma das reivindicações e argumentos para os constantes motins dos últimos dias.

O vereador Fernando Lucena (PT) apresentou e conseguiu a aprovação em primeira discussão do projeto de lei que permite o acesso gratuito de policiais militares e guardas municipais no transporte coletivo de Natal. A presença dos policiais, segundo Lucena, inibiria a ação dos criminosos.

De acordo com o projeto, os policiais teriam passagem gratuita nos ônibus, desde que estivessem em serviço. "Trata-se de garantir mais segurança para os usuários e trabalhadores dos transportes, haja vista os mais recentes acontecimentos que espalham clima de insegurança na população", afirmou o vereador.

GREVISTAS FAZEM ATO NA PRAÇA PARA PRESSIONAR O TJ

/ IMPASSE / MOBILIZAÇÃO PROMOVIDA PELO SINDICATO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO DO RN DIFUNDE O DESCONTENTAMENTO COM OS CORTES QUE ATINGEM BENEFÍCIOS DA CATEGORIA

CLEO LIMA
DO NOVO JORNAL

OS SERVIDORES DO Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ/RN), em greve desde a última terça-feira (17), promoveram ontem uma manifestação na praça Sete de Setembro, Cidade Alta, contra as medidas de austeridade implantadas pelo presidente do TJ, desembargador Cláudio Santos. Dentre as práticas adotadas pela Corte de Justiça do Estado, estão a extinção de determinadas gratificações e a exoneração de funções gratificadas de cargos efetivos, por exemplo.

Segundo denunciam os trabalhadores do Judiciário, as ações para redução de custos lançadas pelos desembargadores visam unicamente abrir margem financeira no balanço fiscal do órgão, de maneira a permitir a continuidade dos benefícios para os cargos mais altos do TJ, como os juizes, além dos próprios desembargadores.

Conforme relatou ao NOVO JORNAL o presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Rio Grande do Norte (Sisjern), Bernardo Fonseca, a categoria sequer está lutando por melhorias, apenas pela manutenção de direitos conquistados a duras penas pelos servidores.

“Estamos na luta pela defesa dos nossos direitos. Estão usurpando nossas conquistas em prol de uma categoria naturalmente privilegiada. Só de auxílio moradia, os juizes recebem quase R\$ 5 mil, enquanto os nossos ganhos estão sendo ceifados pela metade. É um absurdo e não vamos aceitar isso”, avisou. Não há negociação marcada.

Fonseca argumentou que o posicionamento do Tribunal de Justiça é incoerente, visto que, apenas do início do ano para cá, o reajuste acumulado nos vencimentos dos juizes e desembargadores chega próximo dos 20% - foram 5% em janeiro e 14,7% esse mês.

“Se existe uma necessidade de cortar gastos, porque isso só recai sobre os servidores de carreira? Cortam nossas gratificações e auxílios e seguem aumentando o



► Sindicato dos Servidores do Judiciário afirmam que a adesão ao movimento foi de 100%



próprio salário, não tem a menor lógica”, disparou.

A situação a que o sindicalista fez referência foi a recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para que o TJ/RN reduzisse os gastos para se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal. A Corte de Contas constatou, após denúncia do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPJTCE), que a folha fiscal do Judiciário estava acima do limite prudencial.

As representações do Sisjern denunciaram, contudo, que o órgão já vem trabalhando abaixo do li-

mite estabelecido pelo TCE, ou seja, “[a política de austeridade] é realmente para garantir que os benefícios deles [desembargadores e juizes] sigam sendo disponibilizados sem prejuízo”, nas palavras de Bernardo Fonseca.

As críticas dos servidores de carreira recaem sobre diversas práticas da gestão do TJ. Há reclamações quanto ao fato de que não houve qualquer corte de cargos comissionados, apenas de funções gratificadas dos trabalhadores concursados.

Outro ponto de discordância

“

SE EXISTE UMA NECESSIDADE DE CORTAR GASTOS, PORQUE ISSO SÓ RECAI SOBRE OS SERVIDORES DE CARREIRA?”

Bernardo Fonseca,
Presidente do Sisjern

entre as partes é quanto à metodologia adotada por Cláudio Santos para implementar as mudanças no órgão controlador do Judiciário.

“Mesmo que não entrássemos no mérito dos inúmeros favorecimentos a eles em detrimento nosso, ainda tem muita coisa errada. Essas adaptações recomendadas pelo TCE deveriam ser feitas de maneira gradual, o prazo para conclusão dos trâmites só se encerra em 2021, não havia a menor necessidade de passar a tesoura na nossa folha do dia para a noite”, explicou Fonseca.

OAB SE POSICIONA

O presidente da Caixa de Assistência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Paulo Coutinho Filho, explicou a posição da entidade quanto à paralisação dos servidores da Justiça estadual.

Segundo ele, a greve já está prejudicando sobremaneira o andamento dos processos em todas as varas do RN, o que causa impacto direto sobre a população do Estado.

“Não recebemos oficialmente os pleitos da categoria, mas acompanhamos por meio da imprensa e reconhecemos como legítima uma boa parte das reivindicações. A discussão entre as partes tem de se exaurir, antes de se chegar a um nível como esse, que prejudica o cidadão potiguar. Falta diálogo”, apontou.

Coutinho afirmou, ainda, que desde a primeira movimentação dos servidores, ainda no mês de janeiro desse ano, a OAB se pôs à disposição para mediar as discussões entre as partes, mas os servidores sinalizaram que não seria necessário, pois a pauta seria tratada diretamente entre as partes interessadas. “Ainda assim, continuamos à disposição, caso eles mudem de ideia”, finalizou.

PACOTE DE AUSTERIDADE PREVÊ MAIS CORTES

Apesar de toda a movimentação dos funcionários do TJ, o pacote de medidas de austeridade ainda guarda mais ações de contenção de despesas em desfavor dos servidores de carreira. Um Projeto de Lei foi entregue à Assembleia Legislativa, na terça-feira (17), com a proposta de mais cortes de gratificações e de auxílios fornecidos aos trabalhadores do Judiciário, como a Indenização de Transporte (IT).

O foco das ações do Sisjern, no momento, é tentar sensibilizar os deputados estaduais a fim de que o pedido de urgência feito pelo TJ para apreciação da matéria não seja acatado. Com isso, a proposição teria de passar pelas comissões e poderia ser abertamente discutida com a categoria.

Bernardo Fonseca declarou que adesão da categoria à movimentação é de 100%, mas explicou que a lei de greve está sendo respeitada - 30% dos trabalhadores permanecem desempenhando



► Grevistas ocuparam a Praça Sete de Setembro, na Cidade Alta

suas funções. O número de funcionários de carreira do TJ é de aproximadamente 2000 pessoas, das quais cerca de 500 compareceram à manifestação, segundo contabilizou a organização.

A reportagem tentou contato com a presidência do Tribunal

de Justiça em busca de um posicionamento oficial do órgão acerca da movimentação dos trabalhadores, mas Cláudio Santos, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que não iria qualquer pronunciamento sobre o assunto.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
7º OFÍCIO DE NOTAS
LUIS CELIO SOARES
Oficial Titular
Rua Leoncio Etelvino de Medeiros, 2935 - Capim Macio - Natal/RN
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Pelo Presente, fica(am) intimado(s) o(s) devedor(es) abaixo relacionado(s), para vir(em) pagar títulos de sua(s) responsabilidade(s) ou dar(em) a(s) razão(ões) porque não o(as) faz(em), ate o dia :23/03/2015.

NOME	CNPJ/CPF
243-CJC TEIXEIRA DE CARVALHO M	70.315.171/0001-95
AA NATURAL.COMERCIO LTDA EPP	20.709.222/0001-95
CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR	011.691.094-11
CONSTRUTORA RUMUS LTDA	04.379.321/0001-08
CRISTIANE BARBOSA MEIRELES	033.074.166-77
DIJU PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	12.605.652/0001-39
DROGARIA ESPIRITO SANTO LTDA	12.751.095/0001-64
GERALDO PATRICIO DE MEDEIROS SOBRINHO	01.235.701/0001-72
MARCELO FERNANDO DA CUNHA LEAL	087.760.127-51

LUIS CELIO SOARES
Oficial Titular

NATAL, 18 DE MARÇO DE 2015.

 **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH
Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

RESULTADO DE JULGAMENTO
PL N° 0011/2015 - TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Serviços de recuperação estrutural nos reservatórios dos municípios de Ipuera, Jucurutu, São José do Seridó e Timbaúba dos Batistas/RN, na Regional de Caicó (RCA).

Aviso

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, no uso de suas atribuições legais, torna público que após análise e julgamento das Propostas de Preços, classificou as empresas de acordo com o quadro abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR R\$
1º Lugar	NORTEC - NORTE ENGENHARIA CIVIL LTDA -EPP	907.946,65
2º Lugar	JATOBETON ENGENHARIA LTDA	1.085.541,21

Foi considerada vencedora da licitação a empresa NORTEC - NORTE ENGENHARIA CIVIL LTDA-EPP. Prazo recursal na forma da Lei.

Natal/RN, 18 de Março de 2015
A Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE JUNDIÁ/RN - PREFEITURA MUNICIPAL, através de seu Pregoeiro no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do Processo Licitatório nº 05010001/2015 - na modalidade Pregão Presencial nº 005/2015 - SRP, tipo menor preço por lote, objetivando a formalização de ata de registro de preço para aquisição futura, de acordo com as necessidades da administração, de **Gêneros Alimentícios, Produtos de Origem Vegetal e Produtos de Origem Animal, destinados a atender necessidades das unidades administrativas, conforme as especificações constantes do Adendo I do Termo de Referência, Anexo I do Edital.** A abertura dos envelopes está prevista para o dia **31 de março de 2015, às 08:00 horas.** O Edital contendo todas as informações, encontra-se a disposição dos interessados na Prefeitura Municipal, à Rua da Matriz, nº 200 - centro - Jundiá/RN, no horário de expediente das 08:00hs às 13:00hs. Outras informações pelo fone (84)3285-5036 ou pelo e-mail cpljundia@outlook.com.

Jundiá/RN, 18 de março de 2015.
Luiz Eduardo Fernandes Pregoeiro/Presidente da CPL/PMJ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE JUNDIÁ/RN - PREFEITURA MUNICIPAL, através de seu Pregoeiro no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do Processo Licitatório nº 05010002/2015 - na modalidade Pregão Presencial nº 007/2015 - SRP, tipo menor preço por lote, objetivando a formalização de ata de registro de preço para aquisição futura, de **medicamentos e materiais correlatos** conforme conteúdo constante do Edital. A abertura dos envelopes está prevista para o dia **31 de março de 2015, às 10:30 horas.** O Edital contendo todas as informações, encontra-se a disposição dos interessados na Prefeitura Municipal, à Rua da Matriz, nº 200 - centro - Jundiá/RN, no horário de expediente das 08:00hs às 13:00hs. Outras informações pelo fone (84)3285-5036 ou pelo e-mail cpljundia@outlook.com.

Jundiá/RN, 18 de março de 2015
Luiz Eduardo Fernandes - Pregoeiro/Presidente da CPL/PMJ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jundiá/RN. **CONTRATADO:** NASCIMENTO & SILVA CONSTRUTORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o número 18.538.688/0001-23; **OBJETO:** **Contratação de empresa especializada para executar todas as atividades inerentes à construção de 01 (uma) quadra esportiva escolar coberta, a ser edificada na Escola Municipal Menino Jesus situada na Rua Anita Alves Barros, S/N, Distrito Santa Fé, de acordo com as cláusulas e condições do Termo de Compromisso PAC20854/2014, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo e Processo Nº 21070002/2014. Tomada de Preços Nº 003/2014. VALOR GLOBAL: R\$ 497.668,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil, seiscentos e sessenta e oito reais). BASE LEGAL: Lei 8.666/93 e alterações posteriores; e, Edital (Tomada de Preços Nº 003/2014). **PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** 180 (cento e oitenta) dias. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO:** UNIDADE: 02006 - Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto; PROJETO ATIVIDADE: 27.812.0001.1.084 - Construção de Quadra Coberta; ELEMENTO DE DESPESAS: 44.90.51.00 - Obras e Instalações; FONTE: 202 - FNDE/MEC.**

Jundiá/RN, 17 de março de 2015.
Pela Contratante: **José Roberto de Souza** - Prefeito;
Pela Contratada: **Ademar Pedro do Nascimento**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N.º 003/2015
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público que realizará no dia **31/03/2015, às 16:00 horas**, a licitação acima epigrafada. **OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de peixes, destinados a distribuição às famílias carentes do município, para o desjejum na semana santa.** Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 13:00 horas, na sala da Comissão, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, à Praça Miguel de Moura, n.º 110, Centro, ou pelo fone (84) 3636-0123, ou email cplruybarbosa@gmail.com.

Ruy Barbosa/RN, 18 de março de 2015.
DANILO RODRIGUES BARRETO - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N.º 004/2015
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público que realizará no dia **01/04/2015, às 14:30 horas**, a licitação acima epigrafada. **OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso a internet, para atender as necessidades das repartições da administração pública do município de Ruy Barbosa/RN.** Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 13:00 horas, na sala da Comissão, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, à Praça Miguel de Moura, n.º 110, Centro, ou pelo fone (84) 3636-0123, ou email cplruybarbosa@gmail.com.

Ruy Barbosa/RN, 18 de março de 2015.
DANILO RODRIGUES BARRETO - Pregoeiro Oficial.

Quer anunciar?

Procure o departamento comercial do **Novo Jornal.**

(84) 3342.0369



comercial@novojornal.jor.br
R. Frei Miguelinho, 33, Ribeira - Natal/RN

Editais - Balanços - Avisos - Comunicados - Notas -
Fúnebres - Institucionais - Varejo - Encartes



Editor
Moura Neto

E-mail
mouraneto@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

AÇÃO CONTRA "CHATÔ" CONSIDERADA IMPROCEDENTE

/ BIOGRAFIA / JUSTIÇA PAULISTA CONSIDERA IMPROCEDENTE AÇÃO EM QUE EX-EMPREGADA DOMÉSTICA RECLAMA DE TRECHO DE LIVRO APONTANDO QUE ELA MANTEVE UM "CASO" COMO ASSIS CHATEAUBRIAND

A **JUÍZA ELAINE** Faria Evaristo, da 20ª Vara Cível de SP, considerou improcedente uma ação movida contra a editora Companhia das Letras por ter publicado o livro "Chatô - O Rei do Brasil" (1994), biografia do empresário e jornalista Assis Chateaubriand (1892-1968) escrita por Fernando Morais. A informação é do jornal Folha de S. Paulo.

A autora da ação, Helena Borges da Rocha, alegava que a biografia ofendia sua "honra, boa fama e respeitabilidade" ao afirmar que ela foi amante de Chatô e ao publicar, sem autorização, sua fotografia.

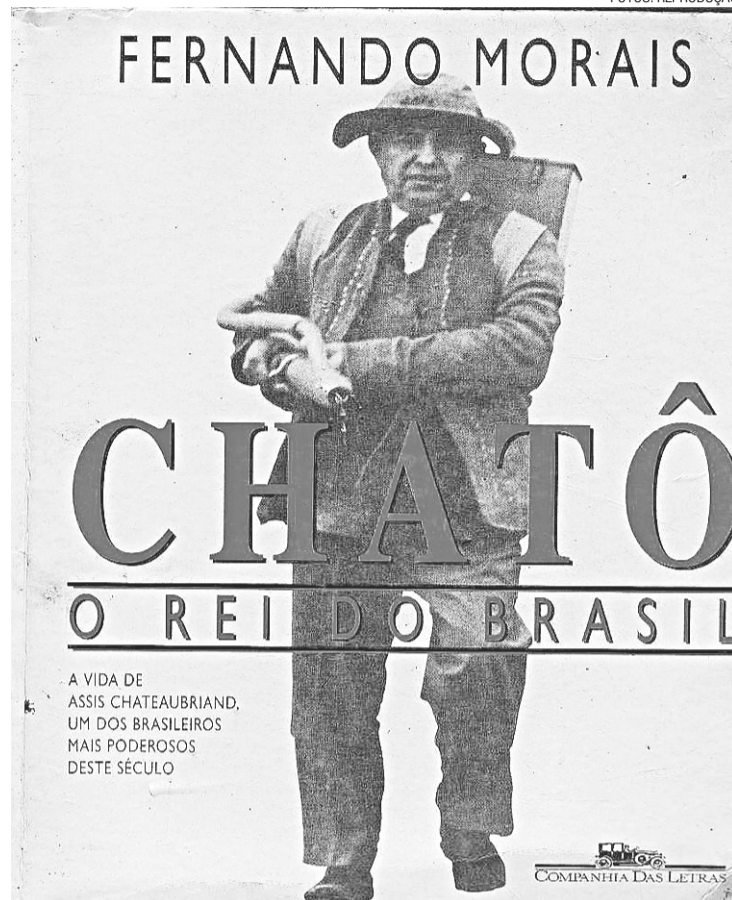
Na ação, iniciada em 2010, Borges da Rocha pedia o recolhimento e a destruição de todos os exemplares do livro no mercado, a proibição de novas edições e uma indenização por danos morais, referente a 30% sobre o total das vendas dos exemplares.

No último dia 12, a juíza emitiu sentença, disponibilizada terça passada, dia 17, no site do Tribunal de Justiça de SP. "Existe um legítimo interesse público de natureza cultural em conhecer profundamente a vida de pessoas públicas e notórias, tal como foi Assis Chateaubriand. Daí porque a publicação de sua biografia atende ao interesse público", considerou a juíza.

"Pelo menos nesse tempo



Biografia de Chatô lançada há 21 anos ainda rende polêmica



FOTOS: REPRODUÇÃO

em que a vida da autora [Borges da Rocha] e a vida de Chateaubriand se encontraram, entendendo legítima a exposição de fatos e de imagens na biografia". Sobre a fotografia, a juíza também afirmou que não a considera "vexatória". "Muito pelo contrário. É uma fo-

tografia muito bonita."

Depois que a sentença foi publicada (o que deve ocorrer em até três dias), Borges da Rocha terá 15 dias para recorrer.

Borges da Rocha é citada nas páginas 655 e 656 do livro. Ela foi empregada doméstica de Chatô

em 1964. Segundos vários relatos coletados por Fernando Morais, os dois tiveram um caso.

"[Chatô] passou a chamá-la de minha noiva e insistia em 'furar' todos os dias", diz trecho do livro. "Essa decisão da juíza foi muito importante. Não é uma

vitória minha, nem da editora, mas de toda a sociedade. É uma vitória da garantia do direito de informar", comemorou Morais.

A Companhia das Letras informou que se manifestará quando for comunicada de decisão, o que disse ainda não ter ocorrido.

O valor das bolsas será depositado diretamente nas contas dos alunos de ensino médio ou profissional. Um dos objetivos do Pibic Jr é despertar vocações para a ciência, a tecnologia e a inovação entre estudantes do ensino médio ou da educação profissional.

As inscrições devem ser enviadas via postal até amanhã para Fapern no Centro Administrativo do Estado. O edital está disponível no site da Fapern: www.fapern.rn.gov.br

/ LITERATURA /

BRAULIO TAVARES LANÇA LIVRO HOJÉ EM NATAL

O **ESCRITOR PARAIBANO** Bráulio Tavares estará hoje em Natal autografando "78 Rotações", livro que reúne crônicas postadas no seu blog pessoal ou na coluna diária

que mantém no Jornal da Paraíba. O lançamento é a partir das 19h, no "Na Goela Rock Bar", em Lagoa Nova e marca a estreia de mais um escritor de projeção nacional pela editora natalense Jovens Escribas.

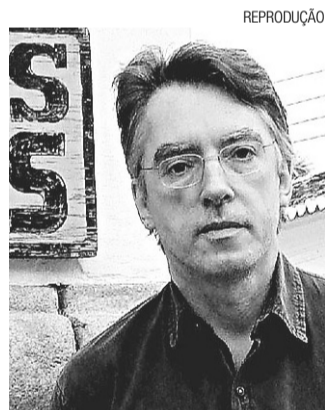
Como cronista, Bráulio Tavares, que também é compositor, aborda vários temas. Nascido em Campina Grande (PB) em 1950, mora no Rio de Janeiro desde 1982. É escritor, colunista de jornais e revistas, tradu-

tor, compositor de música popular e redator de roteiros para TV e Cinema.

O lançamento de "78 Rotações" será realizado em Natal junto com o relançamento dos livros "Estação Silêncio" do pernambucano Paulo Costa e "A dançarina e o coronel" de Aldo Lopes de Araújo. Os três autores estarão juntos hoje à noite no "Na Goela Rock Bar".

O lançamento em Natal será

o terceiro seguido de Bráulio que está em turnê de promoção do livro durante toda a semana. Na terça passada esteve em João Pessoa e na quarta, em Campina Grande. A Jovens Escribas também lançará em João Pessoa, neste próximo sábado, 21 de março, a graphic novel "Lovenomicon". E no domingo passado lançou o livro "Tons de verde" em Recife, totalizando 5 lançamentos em uma semana.



Bráulio Tavares em Natal

Novo flash

Sempre que o Novo gira os melhores momentos se eternizam

Fotos

1. Hildo e Andrea Fernandes com Gioconda e Marcos Leão
2. Maristela Freire, Adélia e Geruza Bulhões
3. Sanderson Lopes e Herbene Pessoa
4. Patrícia Collier e Tinesa Emerenciano com Luciane Benfica
5. Laura Tavares e Dany Tavares
6. Marizio Almeida e Leila Cunha Lima



Jota Oliveira



jotaoliveira@novojornal.jor.br



CELSO LUIZ

► Gente de dez: comadre Jaque e Helinho Segundo. Ele rasgando folhinha

SE LIGUE!

Veja em JotaOliveira.com.br: 5 cuidados para aliviar os sintomas da TPM (Take A Note) > Câmara Municipal aprova tarifa zero em ônibus para PM em serviço (GFK) > Cinco razões para sentir falta de Gisele Bündchen nas passarelas (Fashion) > Congresso aprova Orçamento 2015 e triplica financiamento dos partidos (GFK).

MOVIMENTO

Muitos agitos com Forró Não Para e banda Sam Vibe no Happy Hour da Cervejaria Devassa.

Carpe Diem

66

Eu poderia ser a pessoa mais agradável do mundo, mas optei por ser eu mesmo” (Renato Russo)

PARABENS

Abraços com vivas de parabéns para para os aniversariantes de hoje: Helinho Segundo, Herbene Ramalho Pessoa, jornalista Alexandre Mulatinho, Monalisa Carrilho Macedo, Maria Eduarda Freire Alves, Abdo Farret, médica oftalmologista e gente querida desta coluna Isabelle Tito, Lívio Ramos o diretor Comercial deste Novo Jornal Leandro Mendes. Comemora-se hoje o Dia de São José, Dia do Carpinteiro e Dia do Marceneiro.

FESTIVAL

Com volta ao Brasil marcada para setembro, o Rock in Rio planeja uma apresentação especial de abertura em comemoração aos seus 30 anos, com participação de Ney Matogrosso, Erasmo Carlos, Frejat, Paralamas do Sucesso, Titãs, Jota Quest e grandes nomes. Saiba mais em JotaOliveira.com.br.

TEC

O futuro está mais próximo do que imaginamos, ou pelo menos parte dele. A AeroMobil anunciou o lançamento do primeiro carro voador para 2017, com vendas já em 2016. Para aproveitar a novidade, será necessária habilitação para carros e licença de piloto esportivo. Saiba mais em JotaOliveira.com.br.

pagar impostos sobre o patrimônio herdado, pelo menos é o que estuda o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa. Em defesa, ele argumenta que o tributo é cobrado em vários países, e que é necessário para reequilibrar as finanças brasileiras. - Mais uma do governo petista.

OPINIÃO

Em artigo publicado esta semana, na revista Veja, o jornalista Ricardo Noblat discute a negligência e irresponsabilidade da presidente Dilma com a maior estatal brasileira, isso se acreditarmos que ela não sabia dos desvios. Leia o texto completo em JotaOliveira.com.br.

REJEIÇÃO

Em pesquisa Datafolha, a presidente Dilma aparece com 62% de desaprovação e apenas 13% de aprovação – os piores números desde a administração Collor.

EM SAMPA

A mais querida amiga querida de tempos deste colunista Herbene comemora nova primavera hoje, na companhia do muso Sanderson Lopes aproveitando o fim de semana. Para o casal querido felicidades e muitos marcos felizes.

FASHION

O dia hoje é de happening fashion, das 11h às 19h, na maison Tereza Tinoco, com desfile da nova coleção das marcas exclusivas do pedaço, incluindo seleção dos hits da temporada pela fashionista Nathi Faria. Com certeza ocasião de pesca para as lulus antenadas. Take a note!

FALANDO

Em Nathi Faria, a blogueira fashion leva seu bazar – que foi um sucesso por aqui – ao Hotel Thermas, em Mossoró, na próxima segunda-feira. O evento, pilotado por Karen Praxedes, acontece das 14h às 20h.

SABORES

Ainda nas comemorações do Mês da Mulher, o restaurante Fogo & Chama está com vantagens especiais para elas todas as quintas-feiras, incluindo caipifrutas em dobro.

TURISMO

Nesta quinta e sexta, o Centro de Convenções recebe o 6º Fórum de Turismo do RN e a FEMPTUR, sob o comando de Gustavo Porpino e Antônio Roberto Rocha.

Ocasão com palestras, apresentações culturais e atualizações para os profissionais da área.

TAMBÉM

Movimentando as programações da FEMPTUR, as ações do Programa Brasileiro de Educação Cidadã, pilotado pelo juiz Jarbas Bezerra e a advogada Lígia Limeira, com participação dos



D'LUICA / NU

► Vivas para o mais querido casal top da Odontologia, Sanderson Lopes/Herbene Pessoa. Ela em ano novo astral

mascotes Edu e Cidinha, já queridos da criançada.

DESTAQUE

Entre os 13 representantes da América Latina, quatro brasileiros foram escolhidos pelo Fórum Econômico Mundial como Jovens Líderes Globais, por terem destaque em suas áreas de atuação. Eles representarão o país em eventos e pesquisas nos próximos seis anos. Saiba mais em JotaOliveira.com.br.

FUMO

Brasil recebe prêmio internacional da Fundação Bloomberg pelas ações de controle ao tabagismo. O Ministério da Saúde divulgou recentemente que os fumantes representavam 14,7% da população em 2013, bem abaixo dos 18,5% em 2008. Saiba mais em JotaOliveira.com.br.

INICIATIVA

Em meio à calamidade no sistema penitenciário do Estado, o presidente da AL, deputado Ezequiel Ferreira, apresentou um projeto de lei propondo que as empresas de telefonia móvel instalem equipamentos para identificar e bloquear os sinais de telecomunicações nos presídios, impedindo a articulação e comunicação dos detentos.

EXÓTICO

Novidade entre os cuidados faciais, a máscara de placenta de ovelha é sucesso entre celebridades como Victoria Beckham e Kim Kardashian. O tratamento promete hidratar e nutrir a pele de forma profunda e de fácil aceitação. Quem quer experimentar?

FITNESS

Disponíveis para compra online a nova “corda inteligente”, acessório charmoso e funcional que dá cara totalmente nova ao exercício. A corda conta os batimentos cardíacos, calorias gastas e pulos, incluindo um visor de LED que surge, literalmente, no ar. Saiba mais em JotaOliveira.com.br.



JOTAOLIVEIRA.COM.BR

► A mais querida Isabelle Tito, em idade nova, divide felicidade com o love Francinélito Monte



CEDIDA

► O médico neuro-cirurgião Abdon Farret em nova idade recebe o abraço dos herdeiros Luiz e João Edgar



CEDIDA

► O aniversariante Leandro Mendes em vivas com a musa Eliana Medeiros

XADREZ

Em vigor desde ontem a lei que torna mais severas as punições para a venda de bebidas alcoólicas ou outras substâncias psicoativas para menores de 18 anos. As penas variam de interdição do estabelecimento e multa a quatro anos de prisão. Saiba mais em JotaOliveira.com.br.

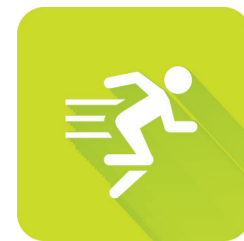
HERDEIROS

Podem passar a

Os índices tiveram grande variação desde fevereiro, quando a rejeição era de 44%. Saiba mais em JotaOliveira.com.br.

BELEZA

A frente das decisões na moda, a França discute hoje se proibirá a contratação de modelos muito magras. As agências terão que emitir certificados com o IMC das modelos, podendo pagar multa de 75 mil euros em caso de descumprimento. Saiba mais em JotaOliveira.com.br.



Editor

Luan Xavier

E-mail

luanxavier@novojornal.jor.br

Fones

84 3342.0358 / 3342.0350

INVICTO, ABC TENTA AVANÇAR NA COPA DO BRASIL

/ CHAPÉU / ALVINEGRO JOGA CONTRA O BOAVISTA SPORT CLUB (RJ) E A CLASSIFICAÇÃO DO TIME POTIGUAR DEPENDE APENAS DE UM EMPATE

PAULO NASCIMENTO
DO NOVO JORNAL

O ABC ENTRA em campo às 19h30 de hoje (19) para buscar a classificação na Copa do Brasil e manter-se invicto em 2015, após nove jogos. A equipe alvinegra enfrenta o Boavista Sport Club, de Saquarema-RJ, pelo segundo jogo da primeira fase do torneio nacional, após ter batido os cariocas na primeira partida há 15 dias. A partida será transmitida pelo canal ESPN+.

A vitória alvinegra por 1 a 0 em Saquarema no primeiro jogo no dia 4 deste mês, com gol do zagueiro Leandro Amaro, conferiu uma boa vantagem para o time potiguar. O ABC precisa apenas de um empate para garantir a passagem para a segunda fase do torneio nacional pela quinta temporada seguida. Se os cariocas desenvolverem o resultado do primeiro jogo a decisão vai para os pênaltis. Qualquer vitória do Boavista que não seja pelo placar de 1 a 0 classifica o alverde.

As duas equipes entrarão hoje no gramado do Estádio Frasqueirão com situações não muito boas nos outros campeonatos que estão disputando. O ABC está fora da disputa do primeiro turno do Campeonato Potiguar, após campanha apenas regular, onde registrou quatro vitórias e quatro empates, sendo dois deles dentro de casa.

O momento, no entanto, aparenta ser de melhora para o alvinegro, após a saída do técnico Roberto Fonseca. Com o auxiliar técnico Ademair Fesan assumindo o comando interinamente, o esquema tático da equipe foi alterado, passando de 4-4-2 com três volantes para o 4-3-3, e o time passou a apresentar um futebol mais ofensivo. Já no primeiro jogo pelo Campeonato Potiguar, o ABC bateu o Baraúnas por 3 a 0, fora de casa, no sábado (14).

A postura técnica tomada por Fesan, contrária ao conservadorismo levado por Fonseca, já vem sendo elogiada pela torcida e pelos próprios jogadores alvinegros.

Ainda no fim de semana, o técnico interino comentou ao site do ABC que, apesar da vantagem obtida no primeiro jogo, a classificação não deverá ser fácil. "Con-



► Vitória alvinegra por 1 a 0 em Saquarema no primeiro jogo (gol do zagueiro Leandro Amaro) conferiu uma boa vantagem ao time do ABC

seguimos a vantagem, mas precisamos ter atenção e jogarmos ligados para não sermos surpreendidos", disse Ademair.

Uma das maiores apostas do time potiguar para carimbar a vaga na segunda fase do torneio nacional é o atacante Kayke. Após marcar duas vezes no fim de semana, o centroavante chegou aos seis gols em 2015, todos no torneio estadual. Ele é o artilheiro da equipe alvinegra, que fez 13 gols em nove jogos, e também do Campeonato Potiguar, que teve oito rodadas até o momento.

BOAVISTA

A situação do Boavista é ainda pior que a do time potiguar. Enquanto o ABC não sabe o que é derrota neste ano, o time carioca encontrou sua primeira vitória no fim de semana passado, após dez rodadas do Campeonato Carioca. Com três gols do atacante An-

selmo, o alverde venceu o Barra Mansa por 3 a 1, chegou aos seis pontos e a 12ª colocação do torneio estadual.

Para o técnico Waldemar Lemos, que teve passagem pelo ABC em 2013, o confronto de hoje pode ser o ponto de partida para uma virada da situação do Boavista no Campeonato Carioca. "(...) será difícil, mas vamos tentar essa classificação, que nos dará ainda mais motivação para a sequência do Campeonato Carioca. Sem contar que ainda estaremos vivos na Copa do Brasil", disse Lemos ao site Globoesporte.com.

Além do técnico, outro "ex-ABC" voltam a pisar no Frasqueirão, dessa vez vestindo a camisa do Boavista: o lateral-esquerdo Jeff Silva. Além dele também fazem parte do elenco, mas estão afastados por lesão, o lateral-direito Thiaguinho e o meia-atacante Erick Flores.

RETROSPECTO DA CB NO FRASQUEIRÃO

Hoje no Boavista, Waldemar Lemos estava no comando da única equipe que derrotou o ABC no Frasqueirão em um jogo válido pela Copa do Brasil, há nove anos.

Lemos, irmão do também técnico Osvaldo de Oliveira, liderava o Flamengo que bateu o time potiguar por 1 a 0 no dia 22 de março de 2006, ano de inauguração do Frasqueirão. O gol foi do zagueiro Ronaldo Angelim. O Flamengo, que seria campeão do torneio naquele ano, eliminou o ABC no segundo jogo com uma goleada de 4 a 0.

Após a inauguração de seu estádio, o ABC só não participou da Copa do Brasil em 2007 e 2010. Nas sete edições que participou deste então, o Alvinegro realizou 13 jogos no Frasqueirão, com seis vitórias e seis empates. E das seis vezes que decidiu sua classificação pela Copa do Brasil quase sempre se deu bem. O time foi eliminado em casa apenas em 2008, quando o Madureira-RJ bateu o alvinegro nos pênaltis. Nas outras cinco decisões foram quatro vitórias e um empate.

FICHA TÉCNICA

ABC

Saulo, Reginaldo, Suéilton, Leandro Amaro e Lima; Fábio Bahia, Nem e Sandro; João Paulo, Kayke e Fabinho Alves
Técnico: Ademair Fesan

BOAVISTA

Marcelo Carné, Edmar, Gustavo, Bruno Costa e Jeff Silva; Vitor, Roberto Lopes, Jefferson e Bersan; Anselmo e Max Pardalzinho
Técnico: Waldemar Lemos

Local: Estádio Frasqueirão
Horário: 19h30
Arbitro: Renan Roberto de Souza (PB)

Caso confirme a classificação hoje, o alvinegro selará sua quinta classificação seguida para a segunda fase da Copa do Brasil. Entre 2011 e 2014, o Elefante chegou duas vezes à segunda fase (2011 e 2012) e uma na terceira fase (2013). No ano passado, o clube fez sua melhor campanha no torneio nacional, quando alcançou as quartas de final, onde foi eliminado pelo Cruzeiro.



► Postura técnica adotada por Fesan é elogiada pela torcida e pelos jogadores

ABC no Frasqueirão pela Copa do Brasil

13 jogos (sete edições)

- 6 vitórias
- 6 empates
- 1 derrota
- 22 gols feitos
- 10 gols sofridos
- 5 classificações
- 1 eliminação

MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL



► Ministro George Hilton

/ LEI /

APRESENTADA MP DA MODERNIZAÇÃO DO FUTEBOL

O GOVERNO FEDERAL

apresenta, hoje, uma medida provisória com propostas para modernização do futebol. Entre as medidas, segundo o ministro do Esporte, George Hilton, existe a possibilidade de os clubes renegociem suas dívidas em parcelas ao longo de até 20 anos.

Ele estima essa dívida em R\$ 4 bilhões e previu que serão estabelecidas contrapartidas pela flexibilização dos pagamentos. "Isso trará exigências muito claras, inclusive em relação aos direitos trabalhistas", disse o ministro.

George Hilton acrescentou que a ideia não é apenas demonstrar que o governo entende a dificuldade dos clubes, mas também criar um novo momento, de uma administração com transparência e melhor governança.

Entre as possibilidades de contrapartida está também o rebaixamento de clubes que não pagarem suas dívidas.

Pela proposta apresentada, os clubes terão entre 120 e 240 meses para quitar os débitos com a União. Nos primeiros três anos, haverá um sistema especial de pagamento, que limita a parcela a um valor entre 2% e 6% das receitas.

Os clubes que aderirem ao Refis terão que cumprir uma série de contrapartidas. Precisarão, por exemplo, pagar salários e direitos de imagem de seus jogadores em dia, deverão também publicar as demonstrações contábeis auditadas, manter os impostos e obrigações trabalhistas e previdenciárias em dia. Os dirigentes não poderão aumentar o endividamento do clube e será obrigatório o investimento de parte da receita nas categorias de base e no futebol feminino.

DESCUMPRIMENTO

Quem descumprir as contrapartidas sofrerá punições. Numa escala crescente, o time será advertido, proibido de fazer contratações, será rebaixado de divisão ou eliminado do campeonato do ano seguinte.

"O importante é termos rapidamente um texto pronto para inaugurarmos um novo momento da gestão dos clubes no Brasil. Eles tiveram participação importante no processo, deram suas opiniões, inclusive em audiências com a gente no Ministério do Esporte e já tivemos um avanço grande", ressalta George Hilton.